

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Rafael Degrandi Gelatti

**EDUCAÇÃO E NEOLIBERALISMO: A PRECARIZAÇÃO DO
TRABALHO DOCENTE EM ESCOLAS PRIVADAS DE SANTA MARIA -
RS**

Santa Maria, RS
2023

Rafael Degrandi Gelatti

**EDUCAÇÃO E NEOLIBERALISMO: A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO
DOCENTE EM ESCOLAS PRIVADAS DE SANTA MARIA - RS**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Licenciado em Ciências Sociais**.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Laura Senna Ferreira

Santa Maria, RS
2023

Rafael Degrandi Gelatti

**EDUCAÇÃO E NEOLIBERALISMO: A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO
DOCENTE EM ESCOLAS PRIVADAS DE SANTA MARIA - RS**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Licenciado em Ciências Sociais**.

Aprovado em 3 de Fevereiro de 2023:

**Laura Senna Ferreira, Dr.^a (UFSM)
(Presidente/Orientador)**

Leonice Aparecida De Fátima Alves Pereira Mourad, Dr.^a (UFSM)

Mari Cleise Sandalowski Dr.^a (UFSM)

Santa Maria, RS
2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço solenemente a todos àqueles que contribuíram para a conclusão desta minha jornada.

Primeiramente, aos meus pais, que vindos diretamente do campo conseguiram colocar com êxito os três filhos no ensino superior e mantê-los através de visíveis esforços. Graças ao apoio de vocês, nós nos tornamos o que queríamos.

Às minhas irmãs, pela disposição em oferecer todo o apoio e inspiração. Sem estes eu não chegaria aqui, como também não almejaria ir mais longe.

À Lisara, minha companheira, por acreditar tanto em um potencial que nem eu mesmo acredito ter, principalmente nos momentos em que mais me senti perdido. A tua sensibilidade é tão imensurável quanto a tua força.

À minha sobrinha, Maria Luíza, por me fazer esquecer todos os problemas da vida e me mostrar que tudo pode ser mais fácil.

Aos meus amigos e companheiros de luta, que estão comigo, lado a lado, compartilhando ideias e que se movem para que o futuro pertença ao povo.

À minha orientadora, Laura Senna Ferreira, por me conduzir sabiamente pelos vastos caminhos da pesquisa acadêmica, ao mesmo tempo em que me deu liberdade para fazê-lo com meus próprios pés, sempre de forma responsável e crítica.

Aos meus informantes, por compartilharem comigo um pouquinho das suas experiências de vida, enriquecendo enormemente esta pesquisa.

À banca, Mari Cleise Sandalowski e Leonice Mourad, pelas valiosas considerações acerca desta monografia.

À Universidade Federal de Santa Maria por proporcionar uma educação superior, gratuita e de qualidade inquestionável.

Este é o resultado de um trabalho de muitas fases. Quem lhes escreve, agora pesquisador, de forma alguma poderia ter se mantido o mesmo de outrora. E é a todos vocês que devo essa mudança.

When the world is sick
Can't no one be well,
But I dreamt we was all beautiful and strong...
(THEE SILVER MT. ZION MEMORIAL ORCHESTRA, 2005).

RESUMO

EDUCAÇÃO E NEOLIBERALISMO: A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE EM ESCOLAS PRIVADAS DE SANTA MARIA - RS

AUTOR: Rafael Degrandi Gelatti
ORIENTADORA: Laura Senna Ferreira

Os investimentos privados na educação têm se ampliado nas últimas décadas. Trata-se de um mercado rentável e competitivo, sobretudo no cenário crítico trazido pela pandemia da Covid-19. Neste sentido, a adoção dos paradigmas neoliberais de gestão por parte das escolas se mostra uma estratégia com fortes impactos na atuação dos professores e professoras da educação básica. O presente estudo tem por objetivo compreender em que medida as iniciativas tipicamente neoliberais adotadas por estas instituições se refletem no trabalho docente dentro delas. Para tanto, o presente estudo realizou entrevistas semiestruturadas com professores(as) que atuam em escolas privadas na cidade de Santa Maria - RS. Os resultados obtidos apontam para a sobrecarga laboral da classe docente, especialmente durante o ensino remoto. Igualmente, destaca-se o processo de subjetivação neoliberal que tem se ampliado junto à categoria, produzindo, apesar das críticas, uma certa naturalização da intensificação da jornada de trabalho. A instabilidade dos vínculos contratuais, a ampliação e a intensificação da jornada laboral, junto às demandas das famílias e da gestão escolar tem contribuído para a crescente mecanização do trabalho dos(as) professores(as).

Palavras chave: Educação privada. Neoliberalismo. Precarização do trabalho. Docência.

ABSTRACT

EDUCATION AND NEOLIBERALISM: THE PRECARIZATION OF TEACHING WORK IN PRIVATE SCHOOLS OF SANTA MARIA - RS

AUTHOR: Rafael Degrandi Gelatti

ADVISOR: Laura Senna Ferreira

Private investments in education have increased in the last decades. The educational market is profitable and competitive, especially in the challenging conjuncture brought by the Covid-19 pandemic. In these circumstances, adopting neoliberal paradigms of management seems to be a strategy adopted by some schools, broadly impacting teachers' performance in basic education. This paper aims to understand to which extent the typical neoliberal procedures adopted by these institutions impact the teaching work performed there. To that end, this study conducted semi-structured interviews with working teachers from private schools in Santa Maria - RS. The results suggest overworked professionals, notably during distance learning. Likewise, they accentuate the expanding process of neoliberal subjectification, which, in a way, normalizes, despite criticism, the intensification of working hours. The instability of labor relations, the amplification and exacerbation of working hours, along with family and school management demands, have all contributed to the increased impersonalization of teachers' work.

Keywords: Private education. Neoliberalism. Precarization of work. Teaching.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 NEOLIBERALISMO E TRABALHO: DA PRECARIEDADE À SUBJETIVAÇÃO	15
1.1 CONTEXTO HISTÓRICO DE SURGIMENTO DO NEOLIBERALISMO E TOYOTISMO.....	16
1.2 NEOLIBERALISMO E TOYOTISMO: SOLUÇÃO PARA POUCOS, PROBLEMA DE MUITOS.....	20
1.3 A CAPTURA DA SUBJETIVIDADE.....	22
1.4 O QUE RESTA À EDUCAÇÃO?.....	26
2 NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO: SACRIFICAR-SE E FAZER MAIS COM MENOS	31
2.1 ESCOLA OU EMPRESA?.....	32
2.2 O TELETRABALHO E SUAS IMPLICAÇÕES NO UNIVERSO DOCENTE.....	34
2.2.1 Subjetivação ideológica e empreendedorismo como método de controle do trabalho	35
2.2.2 Fazer mais com menos	36
2.2.3 O ensino remoto como propulsor da uberização docente	39
2.3 UM ESTADO DE ADOECIMENTO.....	42
3 DO TRABALHO INTELECTUAL AO MAQUINAL	45
3.1 PROLETARIZAÇÃO, DESPROFISSIONALIZAÇÃO E DESQUALIFICAÇÃO DOCENTE.....	46
3.2 DA INTERFERÊNCIA DA GESTÃO À INTERFERÊNCIA FAMILIAR.....	47
3.3 MECANIZAÇÃO DO APRENDIZADO.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	59
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS	62

INTRODUÇÃO

Os processos de reestruturação produtiva encontram-se em pleno desenvolvimento nas economias do Sul global e embora não se mostre nos mesmos moldes do que nos países do Norte, ainda assim demonstra seu potencial de inserção através deste hemisfério (ANTUNES, 2018). Neste contexto, os processos de trabalho perdem grande parte da sua vertente taylorista/fordista, abrindo espaço para o modelo de organização japonês toyotista.

A precarização laboral trazida pelo avanço das políticas neoliberais segmenta a classe trabalhadora em níveis ainda mais pauperizados. Antunes (2018) defende que o proletariado de serviços advém de empresas ditas “modernas” que exigem um trabalho “sem jornadas pré-determinadas, sem espaço laboral definido, sem remuneração fixa, sem direitos, nem mesmo o de organização sindical. Até o sistema de ‘metas’ é flexível: as do dia seguinte devem ser sempre maiores do que aquelas obtidas no dia anterior.” (ANTUNES, 2018, p. 42). Neste sentido, para Alves (2008, p. 10), “embora se saliente o caráter ‘flexível’ da acumulação de capital, o que não se contesta no ‘sistema da produção flexível’, são as prerrogativas ‘rígidas’ do capital, tendo em vista que é ele quem decide ainda o que produzir e onde alocar os recursos”.

O sistema capitalista contemporâneo, para tanto, necessita de um novo tipo de indivíduo (DARDOT; LAVAL, 2016a). O trabalhador que se encontra frente a tal nível de flexibilização, conseqüentemente sofre uma mutação de suas aspirações individuais. Dardot e Laval (2016a, p. 317) pontuam que “alcançar o objetivo de reorganizar completamente a sociedade, as empresas e as instituições pela multiplicação e pela intensificação dos mecanismos, das relações e dos comportamentos de mercado implica necessariamente um devir-outro dos sujeitos”. Compreende então, que para o neoliberalismo se expandir é necessário uma mutação interna dos indivíduos, por sua vez, “o homem neoliberal é o homem competitivo, inteiramente imerso na competição mundial” (Ibidem).

A fim de que se crie este tipo de indivíduo é preciso haver uma congruência entre os interesses do mercado e os individuais do ser humano que trabalha. É neste sentido que para Alves (2008, p. 39, grifos do autor)

o pressuposto essencial do novo modelo de gestão da produção capitalista é a “captura” da subjetividade do trabalho vivo. Mais do que o fordismo-taylorismo, o toyotismo tem necessidade de *envolvimento* dos operários e empregados nos procedimentos técnico-organizacionais da produção de mercadorias.

O que está colocado pelo autor no cenário da produção de mercadorias, pode ser entendido no âmbito de qualquer trabalho capaz de produzir mais-valor, e o setor dos serviços

tem se mostrado um cenário favorável ao mercado neste sentido, sendo um ramo onde, em grande medida, se inserem as dinâmicas da flexibilização (ANTUNES, 2018). Nesta perspectiva, registra-se que “estamos presenciando o advento de novas formas de extração do mais-valor também nas esferas da produção não material ou imaterial, espaço por excelência dos serviços que foram privatizados durante a longa fase de vigência do neoliberalismo” (ANTUNES, 2018, p. 50).

Sendo assim, esta afirmação nos coloca a realidade das instituições privadas de ensino. Nestas, segundo Paro (2012), existe a extração do mais-valor, pois, por mais que o trabalho docente produza um bem imaterial, ele ainda se caracteriza enquanto “trabalho produtivo” (PARO, 2012, p. 179), dado que o que interessa aqui é que “o processo renda mais do que o montante que ele (o empregador de capital) investiu” (Ibidem).

O que temos, no entanto, nos segmentos do mercado em que o produto final é uma mercadoria, é que esta “é apenas uma mediação para a realização do objetivo último do proprietário dos meios de produção, que é a mais-valia” (PARO, 2018, p. 79). Porém, em se tratando das empresas escolares, o mesmo autor coloca que “para a produção pedagógica, entretanto, a razão de ser é o próprio valor de uso produzido pelo trabalho concreto, ou seja, a formação de uma personalidade humano-histórica, com objetivo último na ação educativa” (Ibidem). Se colocando como um investimento rentável, uma vez que as empresas escolares não precisam se preocupar em investir capital em matéria prima, predominando apenas o gerenciamento da força de trabalho que contratam.

É neste aspecto que as escolas privadas se utilizam de ferramentas extraídas diretamente da gestão toyotista. Lançam mão de métodos de controle do trabalho tipicamente neoliberais, dado a concorrência do mercado. Os/as professores/as, assim como os demais trabalhadores do setor produtivo, encontram-se expostos a esse tipo de gestão, porém, dado o caráter tão específico do trabalho docente cabe-nos questionar: em que medida esse modelo de gestão afeta o trabalho dos/as professores/as nestas escolas? Como pensar o fazer docente, um trabalho intelectual de formação de cidadãos, subjugado pela lógica do mercado e da produção ininterrupta?

Estes são problemas cujo estudo se mostra frutífero academicamente para as Ciências Sociais visto que as implicações do neoliberalismo em algumas esferas ainda passam despercebidas. Como também é socialmente relevante, pois demonstra dramas diários da comunidade docente, em especial da parcela a que nos atemos nesta análise — aqueles contratados por escolas privadas —, que pouco se veem representados no debate acadêmico.

Na tentativa de aprofundar nossa compreensão a respeito desses questionamentos, realizamos esta pesquisa de forma qualitativa, objetivando a “análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais” (MARTINS, 2004, p. 292), a fim de entender de forma minuciosa as relações de trabalho, partindo das experiências dos/as professores/as que atuam nestas instituições. Tornou-se necessário um olhar atento do pesquisador referente aos sujeitos estudados para que as especificidades da categoria fossem evidenciadas. Neste sentido, “a preocupação básica do cientista social é a estreita aproximação dos dados, de fazê-lo falar da forma mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la” (Ibidem).

Os dados coletados para este estudo de caso, são por sua vez, primários e foram obtidos através de entrevistas semiestruturadas com um grupo de cinco docentes, cujas atuações abrangem dos anos finais do ensino fundamental ao último ano do ensino médio¹, e que se disponibilizaram a participar da pesquisa como interlocutores. Estes/as profissionais atuam na cidade de Santa Maria - RS, que cabe colocar, é uma cidade conhecida por se tratar de um polo educacional, abrigando um grande número de instituições de ensino básico e superior, tanto da rede pública quanto privada, onde dos cerca de 285 mil habitantes², “considerando as matrículas dos alunos da Educação Básica e Ensino Superior, o total é de 87.812 alunos” (FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2015, p. 7).

Quanto à apresentação dos dados obtidos, foi assinado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e garantido o anonimato dos entrevistados, bem como de instituições e pessoas porventura citadas durante as entrevistas. A fim de salvaguardar suas identidades, os nomes dos interlocutores foram substituídos por nomes fictícios. Da mesma forma, os indivíduos e instituições citados por eles durante as entrevistas também foram alterados. Em caso de instituições será usado, por exemplo: colégio X, colégio Y; em caso de pessoas, também será usado nomes fictícios.

O roteiro de entrevistas, que se encontra ao final deste trabalho como apêndice, foi composto por seis blocos de perguntas. No primeiro, são questões de identificação como idade, gênero e formação; o segundo bloco se refere ao trabalho na escola, questionando assuntos como a quantidade de horas firmadas em contrato e os turnos de atuação; no terceiro, abordamos as questões pedagógicas, como planejamento das aulas, materiais didáticos e relação com os educandos; o quarto, versa sobre as relações de trabalho como a que se dá

¹ Esta é a atuação profissional no âmbito geral em relação ao corpus de pesquisa. Não se trata do campo de atuação individual de cada um/a dos/as docentes entrevistados.

² Dados estimados pelo IBGE para o ano de 2021: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-maria/panorama>.

entre os/as docentes e a administração da escola e/ou supervisores/as, debatendo também aspecto do contrato trabalhista e sindicalização dos/as funcionários/as; já no quinto bloco, tratamos especificamente sobre a docência remota, abordando as especificidades do trabalho durante a pandemia da COVID-19; finalmente, o sexto bloco questiona sobre as implicações do trabalho na vida privada destes/as professores/as.

Cabe evidenciar, que o contexto em que foram aplicadas as entrevistas, diz respeito ao momento em que o mundo presenciava, quiçá, o acontecimento mais marcante do século: a pandemia da COVID-19. Em 16 de Março de 2020, o estado do Rio Grande do Sul lança o decreto que institui a suspensão das aulas presenciais, tanto nas escolas estaduais quanto privadas, por um período de 15 dias a contar do dia 19 de março de 2020³. Neste mesmo 19 de março, o estado já decretava situação de calamidade pública em todo seu território⁴, decreto que passou a ser prorrogado e ampliado de acordo com o aumento das incidências de infecção e óbito.

As aulas presenciais permaneceram suspensas e o ensino remoto passou a ser a maneira adotada por muitas escolas para que as aulas pudessem continuar ocorrendo, sendo posteriormente substituídas pelo ensino híbrido⁵, que consistiu em uma dinâmica de retorno escalonado dos estudantes ao ensino presencial de forma simultânea às aulas *on-line*. Eis que essa situação teve reflexos em toda a esfera do trabalho, e no campo da educação não poderia ter ocorrido de outra forma. Deste modo, considerando tal contexto, não poderíamos realizar uma pesquisa sociológica desta natureza sem levar em conta os aspectos de adaptabilidade que os trabalhadores/as foram obrigados/as a incorporar em suas rotinas laborais.

Sabemos que em uma pesquisa qualitativa não contamos com um método preciso para aferir uma amostra que represente estatisticamente a sociedade, e tampouco temos esse interesse, pois as análises serão referentes ao grupo (*corpus*), não devendo haver preocupação com generalizações, assim como confirma Martins (2004, p. 295) sobre metodologia qualitativa “o que a caracteriza é o estudo em amplitude e em profundidade, visando a elaboração de uma explicação válida para o caso (ou casos) em estudo”.

Destaca-se a complexidade da tarefa de encontrar professores que tivessem atuado antes e durante a pandemia da COVID-19 nas escolas privadas de Santa Maria - RS, o que dificultou para que tivéssemos um *corpus* de pesquisa com maior número de entrevistadas

³ O Decreto Nº 55.118, de 16 de março de 2020, pode ser acessado no seguinte link: <https://saude.rs.gov.br/upload/arquivos/202003/17100702-decreto-55-118-20.pdf>.

⁴ O Decreto Nº 55.128, de 19 de março de 2020, pode ser acessado no seguinte link: <https://saude.rs.gov.br/upload/arquivos/202003/19125910-decreto-55-128-20.pdf>.

⁵ Conforme noticiado pelo site oficial do governo do Rio Grande do Sul: <https://educacao.rs.gov.br/governo-e-famurs-iniciam-debate-sobre-a-retomada-das-aulas-presenciais-no-estado>.

mulheres, mesmo que compoñham a grande maioria da classe docente, sendo por exemplo, que nos anos finais do ensino fundamental “são 66,8% do sexo feminino e 33,2% do sexo masculino” (BRASIL, 2021, p. 41). Compreendemos que este fato acarreta, em diversas instâncias, no andamento do trabalho dessas pessoas, visto que a carga de trabalho feminina sempre tende a ser maior que a masculina quando a rotina laboral vai de encontro à rotina do indivíduo no que envolve cuidados com o ambiente doméstico, com os filhos, enfim, com os trabalhos relativos ao cuidado de maneira geral. Este ponto precisa ser considerado quando forem trazidos dados relativos à precarização laboral, principalmente no contexto de trabalho em regime de *home office*, uma vez que essa dimensão se intensifica no caso das docentes mulheres.

Para além das entrevistas, contamos ainda com a análise documental dos textos da Lei Nº 13.467, de 13 de Julho de 2017, que concretizou a reforma nas legislações trabalhistas, sob as quais estamos submetidos atualmente, bem como uma análise necessária da Medida Provisória 936/2020, convertida posteriormente na Lei Nº. 14.020, de 6 de Julho de 2020, que altera esta mesma legislação em decorrência da pandemia da COVID-19.

Para além dos dados coletados, conforme (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010), tão importante quanto o campo empírico, é o conjunto de teorias utilizado pelo pesquisador ao abordar o fenômeno social. Segundo o pensamento dos autores,

as advertências contra a contaminação da sociologia pela sociologia espontânea não passariam de exorcismos verbais se não fossem acompanhadas por um esforço feito no sentido de fornecer à vigilância epistemológica as armas indispensáveis para evitar a contaminação das noções pelas prenoções. (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010, p. 32).

Neste sentido, segundo os autores, a “ruptura” com o senso comum ocorre na medida em que os dados apresentados pelos informantes da pesquisa são visualizados através dos conceitos explicativos que buscam compreender, no nosso caso, os mecanismos do capitalismo contemporâneo. Não é por que estamos fazendo uso diretamente de fragmentos de entrevistas aplicadas com os indivíduos que vivenciam o cotidiano sem necessariamente problematizá-lo, ou pelo menos não da forma sociológica, que suas visões de mundo são desinteressantes à pesquisa acadêmica. Muito pelo contrário, ao analisarmos as angústias dos trabalhadores estamos tratando diretamente com o campo empírico e com a forma primeira em que o neoliberalismo se apresenta na vida desses indivíduos.

Segundo Bourdieu; Chamboredon; Passeron (2010), o objeto é criado com a correlação que se dá entre o empirismo e a teoria sociológica. Qualquer análise empírica sem uma fundamentação teórica não se passa de mero acontecimento, então, irrelevante para a

sociologia. O mesmo vale para a situação inversa, onde as teorias sociais sem o objeto empírico para serem fundamentadas de nada servem à pesquisa sociológica. E é neste sentido que o objeto sociologicamente relevante se constrói. Ele nunca é dado naturalmente apenas com a observação empírica, mas é essencial a participação do pesquisador que atribui os conceitos sociológicos aos fenômenos sociais, para então formular-se “o objeto da ciência, como sistema de relações construídas propositalmente” (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010, p. 46).

Martins (2004, p. 292), por sua vez, defende que “no trabalho de pesquisa sociológica, a neutralidade não existe e a objetividade é relativa”. Independentemente do esforço que fizermos para nos distanciar de nossas pré-noções, ainda somos pesquisadores de uma ciência que estuda o ser humano e que não dispõe da mesma forma de objetividade que, por exemplo, as ciências naturais dispõe. No nosso fazer científico, “a objetividade, portanto, provém de critérios que serão definidos pelo pesquisador em relação aos problemas que ele está investigando” (Ibidem).

Por mais que se busque um estado de neutralidade, ao tentar fazê-lo, incorremos no equívoco de tornar a pesquisa enviesada sem a consciência de que o estamos fazendo, uma vez que acreditamos defender uma neutralidade inexistente, dado que falamos de um lugar, e este lugar não está suspenso da realidade. Löwy (2010, p. 16) nos ajuda a entender este elemento da dialética onde “uma vez que não existem princípios eternos, nem verdades absolutas, todas as teorias, doutrinas e interpretações de realidade, têm que ser vistas na sua limitação histórica”.

Também devemos levar em conta, “realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto” (Ibidem). E finalmente, para sustentarmos o materialismo histórico dialético enquanto nosso método analítico, entendemos que “existe um enfrentamento permanente entre as ideologias e as utopias na sociedade, correspondendo, em última análise, aos enfrentamentos das várias classes sociais ou grupos sociais que a compõem” (Ibidem).

Durante o texto que se segue, estruturado em três capítulos, estaremos debatendo o alcance dos procedimentos da gerência neoliberal em relação ao trabalho docente nas escolas privadas da cidade de Santa Maria - RS e arredores. Levando em consideração as peculiaridades trazidas ao trabalho pela pandemia da COVID-19, levantaremos indagações a respeito do caráter empresarial das instituições nas quais lecionam os/as trabalhadores/as estudados/as.

Durante o primeiro capítulo, puramente teórico, estaremos abordando aspectos históricos que nos auxiliam a visualizar a ascensão do neoliberalismo enquanto filosofia dominante no mercado contemporâneo, bem como traremos autores que nos permitem compreender o cerne de tal normativa e como ela se impõe ao trabalho de maneira geral. Prosseguindo para o segundo capítulo, o leitor irá se deparar com a apresentação dos dados coletados em campo relativos às formas como o neoliberalismo se impõe ao trabalho docente nessas escolas, de forma a configurar uma intensificação das jornadas de trabalho. Serão problematizadas questões referentes diretamente à gestão empresarial, ao ensino remoto, e à subjetivação ideológica dos/as trabalhadores/as docentes. Finalmente, o terceiro e último capítulo, versa sobre a desqualificação do trabalho docente e perda do seu caráter intelectual, tendendo à uma mecanização do aprendizado. Da mesma forma, traremos dados que apontam para a tendencial perda de autonomia dos/as professores/as no chão da escola, bem como para as críticas e expressões de conflitos e resistência a esses processos de fragilizam a condição de “artífice” (SENNETT, 2019) do trabalho docente.

1 NEOLIBERALISMO E TRABALHO: DA PRECARIIDADE À SUBJETIVAÇÃO

A Sociologia do Trabalho tem se debruçado nas marcas que o neoliberalismo vem imprimindo no trabalho humano desde o início da reestruturação produtiva. O toyotismo, enquanto fenômeno e método de controle do trabalho, embora já esteja presente globalmente a praticamente cinco décadas, demonstra todo o seu vigor e manifesta a cada dia uma maior capacidade de inovação quando se trata da precarização laboral e da garantia das desigualdades sociais impostas pelo sistema capitalista. Neste sentido, o neoliberalismo, atrelado ao sistema Toyota de produção, forma os motores responsáveis por elevar a precarização do trabalho à um nível inédito, submetendo os trabalhadores e trabalhadoras à uma realidade onde a relação que os mesmos têm com o seu trabalho se descola do ambiente onde este é executado, passando a fazer parte da subjetividade desses indivíduos.

De fato, com a análise das teorias de Boltanski e Chiapello (2009), notamos claramente que os mecanismos do sistema capitalista se mantêm em constante movimento na busca de um encaixe com a realidade dos indivíduos, de forma a fugir da obsolescência por mais que as contradições em que está imerso já denunciem seu arcaísmo. Seja se apropriando de parte das críticas que lhe são desferidas, como “quando o capitalismo é obrigado a responder efetivamente às questões levantadas pela crítica, para procurar apaziguá-la e conservar a adesão de suas tropas, que poderão dar ouvidos às denúncias” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 63). Ou então, procedendo perante tais críticas de forma a promover uma reestruturação quase a nível basilar que reconfigura todo o cenário, “a crítica age aí como agulhão para acelerar a transformação dos modos de produção” (Ibidem). De ambas as formas o sistema capitalista tende sempre a se moldar de acordo com o contexto para se manter enquanto sistema ativo à bem da acumulação e em benefício dos que com ela lucram. Sendo assim, não poderia ocorrer de forma diferente em um momento em que mais uma crise se instaura e a possibilidade de ruptura é iminente.

Veremos que os fatores para o estabelecimento de tais sistemas são vários, indo desde o contexto que levou ao declínio do liberalismo, passando pelas crises que o sistema capitalista enfrentou nas décadas passadas, e mais contemporaneamente — já não tanto em relação à ascensão, mas a afixação do projeto — o implante das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)⁶ que é abordado por Antunes (2018) como sendo o responsável pelo

⁶ Sabemos que existe, no momento, um crescente debate sobre a substituição do termo TICs pelo termo “Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs)”. Porém, para este trabalho, optamos em manter a utilização do termo já estabelecido.

advento do “novo proletariado de serviços”, permitindo uma maior codificação de tarefas e também um aumento da carga laboral sobre os assalariados.

1.1 CONTEXTO HISTÓRICO DE SURGIMENTO DO NEOLIBERALISMO E TOYOTISMO

O movimento que ocasionou na ascensão do neoliberalismo em detrimento do liberalismo enquanto sistema normativo e ideológico de sustentação da sociedade capitalista, resultou de uma série de eventos que se desenrolaram ao longo de várias décadas. Tendo seu início no começo do século XX e se estendendo até o final deste mesmo, onde então o neoliberalismo assume integralmente as dinâmicas de poder e passa a ser o sistema de dogmas vigente em escala mundial.

Este período que decidiu o futuro do capitalismo esteve recheado de discussões onde o debate que se trava entre os teóricos liberais reformistas e ortodoxos, a respeito de medidas cabíveis para a preservação do paradigma liberal na sociedade, vai gerando frutos relativos à interferência ou não do Estado na economia. Debate este que resulta do descontentamento com a própria filosofia liberal, ao passo que esta debruça-se sobre dogmas que por sua vez se mostram insustentáveis do ponto de vista prático. De tal forma, que os pensadores que tendiam para uma linha teórica mais reformista viam a necessidade de algumas manutenções para que o liberalismo se mantesse, enquanto os ortodoxos, por sua vez acreditavam que as intervenções impostas pelos reformistas eram os motivos pelos quais o liberalismo vinha mostrando sinais de instabilidade.

O que os estudos nos levam a entender é que “a crise do liberalismo é também uma crise interna” (DARDOT; LAVAL, 2016a, p. 35), uma vez que as próprias práticas liberais estavam levando este sistema à ruína. Sendo esta crise interna que, segundo os autores, levou os intelectuais a defenderem uma política econômica pautada na intervenção estatal uma vez que o *laissez-faire* do liberalismo clássico estava sendo entendido como um empecilho na estabilidade do próprio liberalismo. Desta forma “afora um núcleo de economistas universitários irredutíveis, aferrados à doutrina clássica e essencialmente hostis à intervenção do Estado, cada vez mais autores esperavam uma transformação do sistema liberal capitalista, não para destruí-lo, mas para salvá-lo” (DARDOT; LAVAL, 2016a, p. 53).

Do mesmo modo como afirmam Dardot e Laval (2016b) que o neoliberalismo, por sua vez, também não é o anti Estado, como estamos acostumados a ouvir nos discursos correntes que falam sobre o quanto este sistema preza pela livre economia. Pelo contrário, o Estado é

essencialmente burguês, e frente à crise deste mesmo, o neoliberalismo surge para protegê-lo. Inclusive “os instrumentos de política pública herdados da gestão social-democrática e keynesiana tornaram-se, paradoxalmente, alavancas para transformar, de dentro, a lógica de funcionamento da ação pública” (DARDOT; LAVAL, 2016b, p. 2). Assim sendo, como indicado pelos autores, “longe de ser, como se acredita, um obstáculo à extensão da lógica do mercado, o Estado tornou-se um de seus principais agentes, se não o seu principal vetor” (Ibidem).

O período do pós-guerra, como estamos vendo, foi marcado pelas políticas Keynesianas nos países do norte econômico, que resultaram em uma maior intervenção estatal na economia, e uma crescente liberdade dos movimentos sindicais. Segundo Pereira (2004, p. 17-18) a sociedade capitalista se orientou por um viés mais clássico do liberalismo, até o “primeiro terço do século XX, quando a revolução Keynesiana submeteu não somente a academia, mas as esferas políticas e econômicas às suas posições fundadas na intervenção do Estado na economia”.

As políticas neoliberais irão então emergir como uma reação a esta linha de pensamento mais intervencionista, que segundo Pereira (2004) só conseguiram se consolidar no final da década de 1970, após a introdução da acumulação flexível em detrimento do sistema taylorista/fordista. Para Pereira (2004, p. 18) “o liberalismo ressurgiu no neoliberalismo, que mantendo o caráter ideológico perde o de revolucionário.”

É este caráter reacionário que tais políticas assumem, que na visão de Lemos (2020) representa

um retorno dos neoliberais às posições do liberalismo clássico. Mas não para reiterar tal qual o idealizado pelos filósofos e economistas dos primeiros estágios do capitalismo. No neoliberalismo há o acirramento e a radicalização das posições liberais em defesas evidentemente mais desagregadoras do tecido social, conservadoras das classes e elitistas. (LEMOS, 2020, p. 119).

No entendimento da autora, as práticas neoliberais vão além dos próprios preceitos da democracia liberal no intuito de manter sua ideologia no poder, evidenciando a contraditoriedade inerente a este viés ideológico que não se manteria estável quando submetido às suas próprias regras. Ela apresenta de forma elucidativa a apropriação do conceito de liberdade cooptado pelos defensores do livre mercado pautando uma suposta liberdade econômica como sendo determinante para qualquer outra forma de liberdade desejável em uma sociedade. Sobre este aspecto, Lemos (2020, p. 114) assinala que “em função da garantia e preservação dessa liberdade econômica, os neoliberais não medem esforços para remover qualquer obstáculo, até mesmo a democracia” e reitera afirmando que

“não há, para os neoliberais, nenhuma contradição entre regimes autoritários e o receituário neoliberal” (Ibidem). Estas colocações nos fazem refletir profundamente sobre até onde pode ir os limites — ou a ausência destes — de uma ideologia.

Durante a década de 1970 o sistema de produção capitalista enfrenta uma de suas crises históricas — e por que não dizer periódicas? — ainda sob a égide do liberalismo, onde o método taylorista/fordista se vê enfraquecido em meio a um período em que a demanda do consumo vai deixando de ser compatível com o que tal lógica de produção em massa tinha a oferecer (produtos padronizados através da fabricação em grande escala). Nas palavras de Pereira (2014, P. 18), “o processo de ascensão da acumulação flexível evidencia-se como solução para a crise do sistema, que possuía no fordismo seu padrão de produção”. Como apresentado pelo mesmo autor, “a explicação para a crise do sistema segundo os neoliberais se constituía no poder excessivo dos sindicatos e no movimento do operariado que ao garantir a ampliação dos direitos sociais, tinham promovido a corrosão da lucratividade das empresas” (Ibidem). Este fragmento nos coloca de forma explícita a capacidade dos defensores do mercado quanto à defesa dissimulada à suas estruturas, e a maneira como se esquivam do fato de que o causador das crises do sistema capitalista é o próprio capitalismo. Ainda, ampliando sua astúcia, retiram a carga da crise estrutural, que evidentemente advém da obsolescência do sistema de produção em massa taylorista/fordista e a depositam nos poucos direitos que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora.

Antunes (2018, p. 117) aponta que “a crise estrutural que se abateu nas economias capitalistas centrais a partir do início dos anos 1970 levou, entre tantas metamorfoses e mutações, a uma monumental reestruturação capitalista de amplitude global, com profundas mudanças no processo de produção e de trabalho”. Assim sendo, as reformas no capitalismo durante o final do século XX com o estabelecimento da ideologia neoliberal, não se mostram apenas no campo da política e das relações de poder, mas o modo de produção capitalista se renova também nos seus métodos de produção e dinâmicas de interação entre os assalariados e destes com o seu próprio espaço de trabalho.

Ainda seguindo esta mesma linha de pensamento, Antunes alega, em relação ao novo aparato ideológico do qual o mercado possui para seu usufruto, que este “germinou a denominada ‘empresa enxuta, flexível’, com seu receituário que, se não altera a forma de ser do capital, modifica em muitos aspectos as engrenagens e os mecanismos da acumulação, com fortes consequências na subjetividade do ser social que trabalha” (ANTUNES, 2018, p. 117).

O fato é, como nos apresentam Boltanski e Chiapello (2009), que o enfraquecimento de uma doutrina (segundo espírito do capitalismo) abre margem para a seguinte (terceiro espírito do capitalismo), onde nesta, os dogmas relacionados ao engajamento dos indivíduos nos moldes do Estado liberal e da produção capitalista são revistos, trazendo novos ares na interação entre a grande massa dos assalariados com seu trabalho. Demonstrando-se assim, como um movimento tipicamente capitalista em situações onde o contexto apresenta uma ameaça a sua continuidade. Neste movimento, “o poder de mobilização do ‘segundo espírito’ é questionado, ao mesmo tempo que as formas de acumulação se transformaram de novo, profundamente”. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 51).

O sistema toyotista, ao emergir nas dinâmicas produtivas, acaba por desestabilizar toda uma relação histórica que os/as trabalhadores/as até então construíram com o seu trabalho e com a sua agência enquanto indivíduos no coletivo imerso na linha de produção. As relações no sistema toyota de produção, tanto entre superior e subalterno na hierarquia da fábrica, quanto entre os próprios funcionários e ainda entre eles e seu trabalho ou mais especificamente, entre o trabalhador e a máquina, deixa de ser como aquela relação mais direta e explícita como se dava nos moldes do taylorismo/fordismo.

Neste último o trabalhador executava suas tarefas pré definidas, operando um instrumento no qual tinha uma maior destreza e que não lhe exigia um desgaste mental muito grande na manipulação do mesmo. As relações entre os operários e seus supervisores se mostravam de forma muito mais direta, bem como a relação entre os funcionários não caracterizava grande interferência nos esforços executados pelo trabalhador. Já com a implementação do toyotismo, primeiro no Japão e posteriormente nos Estados Unidos e no mundo, as relações dentro da fábrica tornam-se difusas e as tarefas se intensificam à um ponto em que são exigidos dos trabalhadores um domínio de uma gama muito maior de saberes.

Precisamos explicitar que não pretendemos, com este argumento, endossar o sistema de organização taylorista/fordista, tampouco suas práticas laborais mecanicistas, insalubres e desumanas na qual o trabalhador que se buscava era comparado pelos entusiastas de tal ideologia à um “gorila amestrado” (PHILIP, 1927, apud MARINHO; SILVA, 2019, p. 198). Porém se torna nítido que mesmo estes indivíduos estando expostos a tais dinâmicas laborais, as corporações ainda não haviam atingido a capacidade de conquistar, como nos dias de hoje, à subjetividade dos trabalhadores para então convertê-la em favor da produtividade. Desta maneira, os/as trabalhadores/as contavam com uma maior liberdade no que diz respeito aos seus próprios pensamentos durante a realização das tarefas.

A dinâmica de controle do trabalho, uma vez toyotizada, deixa de depender integralmente da gerência da empresa e passa a ser em grande parte dos próprios trabalhadores, onde o trabalho de um reflete na produção de todos, e sendo assim, se tece uma rede de vigilância formada pelos próprios funcionários, sistema este que tende a desestabilizar os indivíduos enquanto classe.

1.2 NEOLIBERALISMO E TOYOTISMO: SOLUÇÃO PARA POUCOS, PROBLEMA DE MUITOS

Se analisarmos, como viemos pensando até agora, que o capitalismo se movimenta sempre em favor de sua auto manutenção, aí está um paradigma que pode e vem sendo analisado de forma mais minuciosa por Alves (2008, p. 27), que aborda a reestruturação produtiva não como um fator isolado e inédito, e sim como “o movimento de posição (e reposição) dos métodos de produção de mais-valia relativa [...], em que o capital busca novas formas de organização do trabalho mais adequadas à auto-valorização do valor”. Seguindo esta linha, o taylorismo/fordismo, anteriormente foi também resultado de um movimento de reestruturação produtiva do capital, da mesma forma que o toyotismo o é nos dias de hoje.

Este mesmo autor nos apoiará pontuando o que é de fato o toyotismo, em parte, por abordar o conceito de “cooperação complexa”, que para ele se configura como

uma etapa de desenvolvimento crítico da grande indústria “afetada de negação” ou um novo espaço-tempo sócio-histórico da produção (e reprodução) do capital sob as condições críticas da grande indústria no interior da qual estão pressupostas, como pressupostos negados, elementos da pós-grande indústria (o que implicaria pensar uma *materialidade sócio-produtiva para além do capital*). (ALVES, 2008, p. 29, grifo nosso).

O mercado estaria, desta forma, angariando esforços para se manter através de bases que se encontram fora do próprio sistema de produção. O que o autor nos ressalta com esta passagem, é que as críticas que o próprio capitalismo fez de si mesmo vêm trazendo como respostas a incorporação de novas práticas, se fazendo valer de artifícios retirados de outros setores da sociedade, que até então não pertenciam ao mercado, ampliando para novos campos a sua tão típica e desenfreada apropriação. Da mesma forma, Dardot e Laval (2016b, p. 2) entendem que “a racionalidade neoliberal se caracteriza precisamente pela expansão e fortalecimento da ‘lógica de mercado’ fora da esfera mercantil”. Esta noção está intimamente relacionada com a captura da subjetividade dos indivíduos pelo mercado neoliberal, conceito que será analisado com maior atenção posteriormente, ainda neste capítulo.

Para além de tal concepção, porém ainda, ao mesmo tempo como um resultado dela e também em detrimento da mesma, observamos dinâmicas trabalhistas e contratuais cada vez mais voláteis, onde o sistema toyota impõe um regime nocivo àqueles que a ele necessitam se submeter em troca da sobrevivência. Antunes (2018) nos insere no debate de que esse auge da precarização estrutural do trabalho em detrimento do lucro se dá, no regime neoliberal, em uma realidade onde ao mesmo tempo se observa um enorme desgaste das leis trabalhistas atrelado a um índice de desemprego cada vez mais abrangente, onde a pauperização pode ser entendida como uma política, própria ao sistema vigente. Isso se observa, uma vez que a submissão a trabalhos cada vez mais precários é reflexo da demanda de mão de obra a cada dia mais escassa.

Ao apontar essa tendência, Antunes (2018) acentua que

ao mesmo tempo que se amplia o contingente de trabalhadores e trabalhadoras em escala global, há uma redução imensa dos empregos; aqueles que se mantêm empregados presenciam a corrosão dos seus direitos sociais e a erosão de suas conquistas históricas, consequência da lógica destrutiva do capital que, conforme expulsa centenas de milhões de homens e mulheres do mundo produtivo (em sentido amplo), recria, nos mais distantes e longínquos espaços, novas modalidades de trabalho informal, intermitente, precarizado, “flexível”, depauperando ainda mais os níveis de remuneração daqueles que se mantêm trabalhando. (ANTUNES, 2018, p. 30).

O que ocorre na contemporaneidade no cenário do trabalho mundial, em termos de precariedade, pode não ser de natureza inédita, porém a forma como se apresenta este movimento, por sua vez, tem por trás todo um aparato nunca antes disponível nas mãos do mercado. Esse contexto que leva a classe trabalhadora a ficar entre dois abismos se dá na medida em que o toyotismo busca um super funcionário, capaz de cumprir inúmeras funções, que são codificadas através de meios dos quais o capitalismo também se apropria e faz uso. As TICs são incorporadas no mercado neoliberal trazendo uma nova morfologia “espaço temporal” (ALVES, 2008) para o mundo do trabalho, capaz de transformar as atividades laborais em um rápido processo, que pode ser executado de forma simples e dispensando qualquer julgamento do trabalhador a respeito do que faz. Sobre este aspecto Dardot e Laval (2016b, p. 10) definem que “codificar e quantificar uma atividade consiste precisamente em reduzi-la a uma dada informação, bem simples, a qual permite uma decisão rápida e, eventualmente, uma sanção mercantil, sem discussão”.

Como buscaremos elucidar através deste estudo, essa codificação de tarefas, quando aplicada à educação, pode ser problemática e tem consequências nocivas tanto ao educador quanto aos educandos. Em suma, qualquer trabalho de caráter intelectual, quando “codificado e quantificado” tende à “proletarização” (DARDOT; LAVAL, 2016b; OLIVEIRA, 2004).

Antunes (2018) desmistifica a ideia de que as tecnologias nos guiam para uma era utópica onde o trabalho humano tenderia a extinção, e salienta que, pelo contrário, “estamos presenciando o advento e a expansão monumental do novo proletariado da era digital” (ANTUNES, 2018, p. 35). A incorporação das TICs nos mais diversos setores possibilita que ao mesmo tempo em que se distanciam fisicamente os indivíduos envolvidos, aumentam as possibilidades dos métodos de controle do trabalho alheio por parte das corporações. Sobre este aspecto, através da “cooperação complexa” de Alves (2008) observamos que, “a denominada ‘empresa em rede’ e a constituição do novo trabalhador coletivo alteraram o *modus operandi* do controle do trabalho capitalista” (ALVES, 2008, p. 29. grifos do autor), evidenciando que a reestruturação produtiva, ocorre nos mais diversos ângulos do mundo laboral.

1.3 A CAPTURA DA SUBJETIVIDADE

As tecnologias informacionais são de fato um instrumento valioso nas mãos do mercado neoliberal, sendo responsáveis não apenas pelo fenômeno do teletrabalho e da uberização. De maneira geral, grande parte das mudanças que o toyotismo incorpora no mundo do trabalho contam com as tecnologias informacionais para se concretizarem. Porém, dentre estas mudanças incorporadas no mundo do trabalho pelo advento do sistema toyota, a que mais representa uma ruptura entre a razão de ser taylorista/fordista e a atual fase do capital, se trata de uma ruptura também de caráter social no que se refere à relação dos indivíduos com o seu trabalho e que se caracteriza na instância psíquica dos mesmos. Estamos falando sobre a “subjetivação contábil e financeira”, como na definição de Dardot e Laval (2016a), imposta aos trabalhadores.

Trata-se, na verdade, de produzir uma relação do sujeito individual com ele mesmo que seja homóloga à relação do capital com ele mesmo ou, mais precisamente, uma relação do sujeito com ele mesmo como um “capital humano” que deve crescer indefinidamente, isto é, um valor que deve valorizar-se cada vez mais. (DARDOT; LAVAL, 2016a, p. 28).

Os estudos dedicados a compreender a reestruturação produtiva têm nos sinalizado que “o toyotismo é também um ‘fato filosófico’” (ALVES, 2008, p. 31), e é a respeito de tal subjetivação que Giovanni Alves se refere ao concluí-lo. A relação que o sistema capitalista cria com os indivíduos que a ele estão submetidos é de tal forma coercitiva que os mesmos se veem imersos à ideologia do mercado, sentindo-se como parte naturalmente inerente ao mesmo. Este conceito é central no Toyotismo em tamanha intensidade que não pudemos

evitar mencioná-lo indiretamente durante vários momentos no presente capítulo, mesmo quando o foco do texto eram outros fenômenos da reestruturação produtiva que não a subjetivação. E esta centralidade está fortemente atrelada ao fato de se tratar de um aspecto ideológico, transcendendo os outros fenômenos que são decorrentes da atual fase.

O novo modelo produtivo exige uma arquitetura de controle do metabolismo social do capital de novo tipo. Primeiro, pela reordenação espaço-temporal, tanto do trabalho quanto da vida social. A extensão da produção (e do discurso da produção) para a totalidade social e, por outro lado, a redução da vida social à lógica da produção do capital são um modo de reordenação espaço-temporal do controle sócio-metabólico do capital que nasce na fábrica. Segundo, pela interversão do “inspetor externo” em “inspetor interno” que manipula as instâncias da subjetividade (pré-consciência e inconsciente) por meio de valores-fetiches. A administração by panopticum, instaurada pelo toyotismo, está menos no olhar perscrutador externo do capital, que não desaparece, é claro, apesar de estar menos visível e, inclusive, pelo avesso (como o olhar perscrutador dos companheiros de trabalho) e mais no olhar perscrutador interno dos valores-fetiches e consentimentos espúrios. (ALVES, 2008, p. 129).

Esta passagem elucida didaticamente a forma como o controle do trabalho deixa de ser tarefa diretamente realizada pelos administradores do capital, e toma forma na agência (in)consciente dos próprios trabalhadores. É esta a “materialidade sócio-produtiva para além do capital” (ALVES, 2008, p. 29) da qual Giovanni Alves se refere. O capital tomando como *suas* as mentes e ambições dos trabalhadores a fim de fazer com que trabalhem a seu favor e contra as suas verdadeiras convicções. O mercado, agora neoliberal, diferindo do que foi em tempos de taylorismo/fordismo, não se basta em “apenas” extrair a mais valia dos trabalhadores que a ele precisam se sujeitar, da forma como fazia algumas décadas atrás, mas também o faz, se utilizando da subjetividade dos trabalhadores como um instrumento de coerção quase velado contra eles próprios.

Esta subjetivação se configura como o resultado de um sistema que, quando posto em prática, cria no indivíduo a razão de ser do mercado como algo natural. “O sujeito neoliberal é produzido pelo dispositivo ‘desempenho/gozo’” (DARDOT; LAVAL, 2016a, p. 346). Neste sentido, como analisado pelos autores, um dos aspectos que no Toyotismo, difere do sistema anterior diz respeito a intensidade do dito “desempenho/gozo”, uma vez que este mecanismo data de antes da era Toyota, porém a sua intensificação é típica desta última. Assim sendo, é esperado do trabalhador que ele busque cada vez mais intensamente superar suas metas, para então superar seu prazer, que geralmente está voltado ao consumo, a tal ponto que “a própria vida, em todos os seus aspectos, torna-se objeto dos dispositivos de desempenho e gozo” (Ibidem). Entende-se de tal forma, uma universalização na ideia de concorrência disseminada pelos mecanismos ideológicos, onde “em última análise, subjetivação ‘contábil’ e

subjetivação ‘financeira’ definem uma *subjetivação pelo excesso de si em si* ou, ainda, *pela superação indefinida de si*” (Ibidem, grifos do autor).

Já aos olhos de Alves (2008) o fenômeno da captura da subjetividade está na realidade relacionado com a repressão da subjetividade verdadeira (a subjetividade real do indivíduo) pela “constituição de um novo nexos psicofísico capaz de moldar e direcionar ação e pensamento de operários e empregados em conformidade com a racionalização da produção” (ALVES, 2008, p. 127). Neste caso, o capitalismo não toma para si a verdadeira subjetividade dos indivíduos, mas os impõe uma nova subjetividade que é conivente com os interesses do mercado, neste contexto os/as trabalhadores/as são levados/as a reprimir aquilo que realmente são enquanto indivíduos. Assim, o autor entende que

a intensa densidade manipulatória do capitalismo global, seja na instância do consumo, seja na instância da produção propriamente dita, atinge a subjetividade do trabalho vivo, impedindo que se possa despertar no homem necessidades reais do desenvolvimento da personalidade. Pelo contrário, a manipulação que impede a verdadeira autonomia da personalidade constitui a “subjetividade pelo avesso”. (ALVES, 2008, p. 131).

Esta ideologia disseminada pelo capital ao fomentar nos indivíduos uma concorrência em todos os níveis, se utiliza da estratégia da instabilidade ocupacional a fim de incentivar os/as trabalhadores/as a competirem entre si, criando “situações de concorrência que supostamente privilegiam os mais ‘aptos’” (DARDOT; LAVAL, 2016a, pg. 282) . Torna-se bastante conveniente aos interesses do mercado, que os/as trabalhadores/as tenham uma motivação socialmente legitimada para que trabalhem intensamente pelo capital ao mesmo tempo em que acreditam fazê-lo por si próprios. É em benefício deste sistema concorrencial que “o espírito do toyotismo incentiva a instabilidade salarial ou a constituição de uma nova precariedade do trabalho que permita, de forma ampla, a contratação de trabalho parcial ou trabalho temporário” (ALVES, 2008, p. 47).

À vista disso, torna-se nítido o quanto que para o neoliberalismo, o desgaste dos direitos trabalhistas e a degradação da classe trabalhadora são rentáveis. Não só em termos de que a redução de direitos básicos e a instabilidade agem como facilitadores na exploração da mais valia dos trabalhadores por parte do capital, mas que tal degradação é responsável por manter em pé a *condição de ser* filosófica e ideológica do mercado global. Não se trata então de um comportamento com fim em si mesmo, visando apenas acumulação de maneira direta. Se assim fosse, por si só já seria rentável para os empresários e compatível com os interesses do mercado. Mas o que está em jogo aqui é a “difusão social de um sistema de regras de ação” (DARDOT; LAVAL, 2016b, p. 2), responsável por angariar a subjetividade dos

indivíduos envolvidos. Essas ações são pensadas visando o comprometimento total dos trabalhadores com a sua atividade, fazendo-os se curvarem à lógica predatória da competição desenfreada objetivando sempre a máxima rentabilidade como sendo o único cenário possível. Um indivíduo comprometido filosófica e ideologicamente com esses ditames, que pensa “subjetivamente” em conformidade com o mercado, só pode ser construído através da fria manipulação e subjetivação contábil por parte do capital.

É na tentativa de endossar estas práticas e pintar uma aparência de legitimidade que se desenvolvem os discursos acerca do empreendedorismo como referência de sucesso profissional. Seria este, segundo Antunes (2018, p. 40) apenas “formas de trabalho que procuram ocultar seu assalariamento, por meio do mito do trabalho autônomo”. Mais adiante, Ricardo Antunes aprofunda sua análise sobre esta tendência e aponta que

quando entram em cena os enxugamentos, as reestruturações, as “inovações tecnológicas da indústria 4.0”, enfim, as reorganizações comandadas pelos que fazem a “gestão de pessoas” e pelos que formulam as tecnologias do capital, o que temos é mais precarização, mais informalidade, mais subemprego, mais desemprego, mais trabalhadores intermitentes, mais eliminação de postos de trabalho, menos pessoas trabalhando com os direitos preservados. Para tentar “amenizar” esse flagelo, propaga-se em todo canto um novo subterfúgio: o “empreendedorismo”. (ANTUNES, 2018, p. 44).

Afora todos os prejuízos que a classe trabalhadora já sofre, o fato de todos serem vistos como empreendedores propaga essa dinâmica competitiva trazendo tensões prejudiciais que só enfraquecem os laços de classe. Tal concepção é estudada na obra de Dardot e Laval (2016b), onde é destacado que os métodos de gestão compatíveis com as políticas neoliberais estão atrelados justamente à noção de que os indivíduos devem disputar ininterruptamente, como se fossem um reflexo daquilo que é o mercado. Seguindo este padrão de comportamento, os indivíduos internalizam que “não são apenas estas ou aquelas atividades concretas que devem se realizar em condições de concorrência, mas sim todas as atividades humanas, mesmo as mais remotas em relação ao mercado mundial” (DARDOT; LAVAL, 2016b, p. 7). Ficando nítido, que tal competição se espalha por todos os setores da classe trabalhadora, não apenas aqueles que se encontram empregados no momento, mas também os que não se encontram ocupados.

Não se trata aqui, de um reflexo advindo puramente da incorporação das TICs na esfera laboral, porém a captura da subjetividade dos trabalhadores por parte do capital foi possível em grande parte graças à ascensão do trabalho online. O que hoje temos por uberização, trata-se da conjunção entre as tecnologias informacionais e a total desregulamentação trabalhista, ambas características do toyotismo, apoiados no discurso

romantizado do sujeito empreendedor e autônomo. Tendo em si um sistema que gera de forma exponencial uma alta lucratividade atrelada a baixos custos, mas nunca àqueles que de fato trabalham para tal.

Este, que é um expoente ímpar do que até agora entendemos por “flexibilização”, tem um encaixe perfeito dentro dos moldes do toyotismo e assim “se tornou um *leitmotiv* do mundo empresarial. Como o trabalho on-line fez desmoronar a separação entre o tempo de vida *no* trabalho e *fora* dele, floresce uma nova modalidade laborativa que combina mundo digital com sujeição completa ao ideário e à pragmática das corporações” (ANTUNES, 2018, p. 42, 43, grifos do autor).

Este trabalhador, que Antunes (2018) chama de “escravo digital”, é o que sofre mais violentamente as consequências do teletrabalho, que absorve mais profundamente as dinâmicas flexíveis e as incorpora em seu interior. Lhe é imposto um ritmo onde a esfera do mercado é reduzida a nível individual e cada trabalhador é tido como uma empresa (DARDOT; LAVAL, 2016b), onde estes/as trabalhadores/as dependem, segundo o discurso vigente, única e exclusivamente de si próprios para lograrem êxito na competição desenfreada que se dá no dito mercado. Soma-se isso ao fato de não haver uma regulamentação trabalhista rigorosa e de que as corporações que empregam teletrabalhadores sabem e se aproveitam disso, fazendo com que a classe se veja em meio a uma jornada cada vez mais intensificada.

1.4 O QUE RESTA À EDUCAÇÃO?

É pensando na gravidade deste regime de flexibilização do trabalho, que nos deparamos com alguns fazeres profissionais que estão se vendo frente a uma mutação a nível basilar. Evidentemente que uma vez o capital encontrando margem de lucratividade através de uma determinada ação específica — ações estas que serão sempre nocivas à saúde daqueles que produzem — a tendência será de uma incorporação integral de tal ação por parte do mercado, de forma que os/as trabalhadores/as de todos os setores da esfera produtiva virão a sofrer suas consequências. O próprio conceito de reestruturação produtiva diz respeito a tais mutações no âmbito geral do trabalho, transmutando-o em sua forma de ser. No entanto, como optamos por ajustar o foco da nossa pesquisa ao recorte específico da docência nas empresas escolares, é para ela que iremos projetar nosso olhar a partir de agora.

Antunes (2018) nos mostra que a reestruturação produtiva “além de aumentar o desemprego, ampliou enormemente a informalidade, a terceirização e a flexibilização da força de trabalho” (ANTUNES, 2018, p. 62). Dentro das empresas escolares não poderia acontecer

de forma diferente, pois, como apresentado por Calderón (2009), a parcela de instituições de ensino público vem a ser muito maior do que a privada, havendo uma pequena extensão desta última, e ainda a sua tendência à diminuição, podendo ser visualizada uma “queda do número de empresas educacionais de 2006 a 2007, em 8,3%, equivalente a quase três mil estabelecimentos em nível nacional” (CALDERÓN, 2009, p. 338).

Esse dado está sinalizando, segundo o autor, o acirramento na concorrência presente neste mercado. Ele também reforça que “não há dúvidas de que a redução do número de empreendimentos educacionais é um claro sinal das dificuldades existentes na viabilidade dos estabelecimentos no setor privado” (CALDERÓN, 2009, p. 339). Assim, nos encontramos frente a um fato que nos faz pensar nas suas relações com os próprios trabalhadores e nos reflexos que essa concorrência empresarial projeta nas condições de trabalho dos/as docentes que atuam nestas escolas. Tencionando esta questão, Antunes (2018) é pontual ao afirmar que

em um universo em que a economia está sob comando e hegemonia do capital financeiro, as empresas buscam garantir seus altos lucros exigindo e transferindo aos trabalhadores e trabalhadoras a pressão pela maximização do tempo, pelas altas taxas de produtividade, pela redução dos custos, como os relativos à força de trabalho, além de exigir a “flexibilização” crescente dos contratos de trabalho. (ANTUNES, 2018, p. 37).

Oliveira (2004), por sua vez, compreende que “os processos de flexibilização e precarização das relações de emprego e trabalho chegam também ao campo da gestão escolar” (OLIVEIRA, p. 1128). A autora está preocupada em entender a reestruturação do trabalho docente associado às instituições públicas, porém, torna-se de grande valor ao recorte deste estudo, uma vez que serão abordados por ela os aspectos da desprofissionalização e proletarização da classe docente, que são caros ao nosso trabalho. Ao se referir aos cargos públicos na docência da educação básica, será destacado pela autora um “aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, chegando, em alguns estados, a número correspondente ao de trabalhadores efetivos” (OLIVEIRA, 2004, p. 1140). Tal afirmação nos faz entender que os conceitos de desprofissionalização e proletarização podem se encaixar na realidade de quaisquer professores, como no caso daqueles que trabalham vinculados a instituições privadas.

O que conseguimos observar, visto que o mercado tende a estruturar os mais diversos setores da sociedade pelo fato de deter a hegemonia ideológica em âmbito global, inclusive a nível individual e psíquico, é a tendência das mais variadas instituições em seguir as métricas do mercado, mesmo que não tenham fins econômicos, no caso da educação pública. Ou como apresentado por Paro (2012, p. 180), “na sociedade dominada pelo capital, as regras

capitalistas vigentes na estrutura econômica tendem a se propagar por toda a sociedade, perpassando as diversas instâncias do corpo social”. Não podendo ser mais compreensível que as escolas privadas se enquadrem cada vez mais nos parâmetros impostos pelo mercado, pois para estas instituições, o importante é ser empresa, e o ser escola pode ser postergado bem do lucro.

Na verdade, todo empreendimento capitalista tende hoje a ser coagido pela concorrência a adotar procedimentos técnico-organizacionais oriundos da matriz ideológico-valorativa toyotista. Os valores e dispositivos organizacionais do Sistema Toyota de Produção ou toyotismo tornaram-se *senso comum* da gestão do capital. Por exemplo, mesmo não participando da criação de valor, organizações de serviços e de administração pública (inclusive da instância sócio-reprodutivas) tendem a incorporar valores do neoprodutivismo toyotista. (ALVES, 2008, p. 38, grifos do autor).

Na tentativa de entendermos este cenário, devemos considerar a especificidade de como funciona a geração de mais valia na empresa escolar. Entender este conceito em termos mais amplos em seu caráter puramente econômico já é em si, uma tarefa que demanda certa atenção, e sua compreensão se torna deveras intrincada quando nos deparamos com o “produto” que a empresa escolar tem a oferecer.

Cabem certos cuidados epistemológicos quando pensamos no que de fato a educação privada produz. Em uma análise apressada podemos incorrer em certos equívocos ao classificar o tipo de produto a que estamos nos defrontando. À julgar pelo caráter imaterial, poderíamos qualificá-lo enquanto serviço, que seria então prestado pelos professores com o intermédio da escola. Neste caso estaríamos pensando em um conhecimento puramente extraído do educador e depositado no educando. Isso, segundo Paro (2018, p. 69), não compete com a realidade prática, pois “o produto do processo educativo consiste no ser humano educado”. O autor compreende que “se a atividade é de ensino e de aprendizado, tanto o educador quanto o educando são considerados *trabalhadores* que despendem sua energia humana (*força de trabalho*) na realização do *produto*” (Ibidem, grifos do autor).

Desta forma, Paro (2018) se utiliza de um viés freireano ao entender o educando como o indivíduo autônomo que é, que tem suas próprias aspirações, não se tratando de um receptáculo onde o professor simplesmente deposita o conhecimento. Esta acaba sendo, no entanto, a forma como as instituições escolares podem estar interpretando a educação a que proporcionam aos estudantes, sobretudo, no caso das escolas privadas, por justamente tratar a *educação* como produto. Paro (2018), se referindo a educação “bancária” de Paulo Freire entende que “esta concepção é a que vigora, por exemplo, na relação de compra e venda no ensino privado, pois a condição para as mensalidades serem pagas não é que o estudante

aprenda nem que ele seja aprovado nos exames, mas que as aulas sejam oferecidas” (PARO, 2018, p. 70). Sendo este um dos objetivos desta pesquisa, necessitamos consultar os dados coletados em campo para confirmar se tal prática se verifica no caso estudado. Desta forma daremos mais atenção a este recorte nos capítulos subsequentes.

O que vemos sobre a flexibilização do trabalho na era da toyotização demonstra uma realidade nada favorável para o ambiente escolar. Paro (2012) já nos alertou sobre uma tendência da gestão escolar a voltar-se para métodos empresariais de organização, mesmo no sistema público, no objetivo de tornar a escola mais eficiente. Porém, nestes casos,

o que se dá é a mera rotinização e burocratização das atividades no interior da escola, que em nada contribui para a busca de maior eficiência na realização do seu fim educativo; antes, pelo contrário, esse processo tem a faculdade de promover a autonomização das tarefas e o esvaziamento de seus conteúdos, *comprometendo cada vez mais a qualidade do ensino e a satisfação do professor em sua função.* (PARO, 2012, p. 171, grifo nosso).

Segundo o autor, fica nítido que os métodos de gestão do mercado não são compatíveis com a instituição educacional, nos fazendo questionar sobre quais são os verdadeiros interesses da empresa escolar que, supõe-se, mais do que qualquer escola pública, aplica os métodos de gestão mercadológicos em suas estruturas.

Ao voltar nosso olhar à escola privada devemos observar cuidadosamente o divisor de águas entre a escola e a empresa capitalista, de modo a entendermos, em que medida os traços de precarização do trabalho se verificam no cotidiano destas instituições. A contratação temporária está no cerne dos trabalhos instáveis e com um fraco vínculo entre trabalhador e empresa. Estamos interessados em entender até onde vai a autonomia do professor de escola privada no que diz respeito à sua prática docente, uma vez que seu contrato pode ser encerrado a qualquer momento, se a empresa assim julgar necessário. Evidentemente que por mais flexível que a empresa escolar possa ser em relação à escola pública, ainda estamos falando de um contrato entre empresa e assalariado, regido pelo regime de Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), diferentemente do que ocorre em certos casos de trabalho uberizado, em que o vínculo formal entre funcionário e empresa é inexistente. Porém, a concorrência entre os/as trabalhadores/as de escolas privadas pode estar agindo mais fortemente do que em relação àqueles que ainda tem alguma estabilidade de emprego nas escolas públicas.

De todo modo, entender a escola privada como a instituição capitalista que é, pode nos apresentar as consequências a que os/as professores/as estão expostos/as. Haveria uma tendência à toyotização das escolas privadas? É possível pensar em uma educação libertadora e cidadã dentro deste contexto de competitividade que é fomentado entre os/as

trabalhadores/as e estudantes? O que resta ao fazer pedagógico, que é visto como produto? Nesse contexto, o fazer docente tende à uma realidade mecanicista? Estes são alguns dos questionamentos que irão mover nosso raciocínio durante os próximos capítulos, observando a realidade profissional de docentes que vendem sua força de trabalho em instituições escolares privadas do nível básico, e que se disponibilizaram a participar deste estudo de caso.

2 NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO: SACRIFICAR-SE E FAZER MAIS COM MENOS

A educação brasileira sofre a interferência da cartilha neoliberal desde que esta mesma foi implantada na nossa economia pelos governos federais nas décadas de 1990 e 2000 (COSTA, 2020). À época, era o processo educativo que vinha tendo inúmeros incentivos sob o “discurso da eficiência e da qualidade total no ensino para a formação do trabalhador” (COSTA, 2020, p. 7), tendo em vista, segundo a autora, as premissas que não muito tempo depois — nos dias de hoje — viriam a ser centrais no mercado de trabalho neoliberal.

De cunho neoprodutivista, “esse contexto trouxe um modelo que passou a ser adotado para a educação baseado nas habilidades e competências, visando atender exclusivamente as necessidades dos mercados nacional e internacional” (COSTA, 2020, p. 7). Tendo então, como objetivo central, a preparação da classe trabalhadora para formar o tipo específico de força de trabalho necessário para colocar em prática de forma definitiva o cenário de competição pregado pelo neoliberalismo nos dias de hoje. Neste sentido, Laval (2019, p. 68) afirma que “a razão de ser da instituição escolar não se encontra mais na distribuição mais igual possível do conhecimento, mas nas lógicas de produtividade e rentabilidade do mundo industrial e mercantilizado”.

Muitos dos estudantes, que durante os primeiros passos do neoliberalismo no cenário econômico brasileiro tiveram sua formação escolar calcada nos ditames do “aprender a aprender”, e que por consequência, foram desde então internalizando a competitividade típica que é disseminada para a classe trabalhadora no capitalismo contemporâneo, são hoje os/as professores/as que sofrem com o mesmo neoliberalismo que outrora interferiu em seu processo educativo.

A diferença é que no presente, sofrem de forma muito mais bruta, duplamente, pois além de trabalhadores nesse mercado, são também um dos responsáveis por parcialmente reproduzir — mesmo que quase nunca de forma deliberada — esta mesma ideologia, tal qual foram expostos em sua formação. Em outras palavras, “a adoção de padrões capitalistas de gestão traz consequências funestas não só para os interesses do trabalhador, mas também para a efetivação do ensino. É dupla, pois, a violência da aplicação da gerência capitalista nas escolas” (PARO, 2018, p. 112).

Neste ramo de entendimento, as filosofias e práticas do sistema de mercado se infiltram dia após dia no sistema educacional. Assim sendo, no calamitoso contexto que

acabamos de vivenciar, não poderia ocorrer de outra forma. Por este ângulo, se torna notório que

o cenário de “improviso” que a pandemia impõe, associado ao comportamento tendencial das relações de trabalho no capitalismo, que caminham [...] para a acentuação da exploração, fez com que, no caso brasileiro, a agenda neoliberal tivesse suas premissas aprofundadas. (SANTOS; DUTRA, 2020, p. 171-172).

2.1 ESCOLA OU EMPRESA?

Um dos motivos pelos quais a presente pesquisa foi idealizada está fortemente vinculado a entender o caráter empresarial de determinadas escolas, a fim de buscar localizar a relação entre a escola e a lógica da empresa capitalista. Desta forma estaríamos mais próximos de observar as relações de trabalho as quais os/as professores/as estão sujeitos, atravessadas de um lado pela ordem neoliberal e de outro pelos dilemas típicos da classe docente, vivenciados pelos professores como um todo.

Para tanto, foram abordadas algumas questões específicas a esse respeito, como no relato que veremos abaixo, que responde à seguinte pergunta: como se apresenta a estrutura administrativa da escola?

É uma estrutura empresarial mesmo, [...] é uma gestão... toda a relação, ali, é feita de maneira bem empresarial. Quer dizer... aqui em Santa Maria, essa escola que eu atuo, por que é uma escola grande, é... ela é... ela tem uma estrutura muito empresarial, mesmo, assim, né. É uma coisa bem... até me... me causou um... no primeiro momento, assim, um estranhamento. A outra, lá de [município vizinho], por ser uma cidade menor, e tal, né, aí ela já... ela é empresarial mas ela... tu sente que tem mais... aquela coisa mais, vamos dizer assim, mais acolhedora, né.. Mas elas são bem... bem empresas mesmo, assim, nesse sentido, né... de relação trabalhista, é bem empresarial mesmo. (GLAUBER, 2021).

Nota-se que o caráter empresarial se mostra ainda mais evidente, a ponto de estar representado diretamente na fala do ator social que vivencia a realidade da escola. Este dado salta aos olhos reafirmando a característica de que a gestão escolar das instituições privadas em questão reproduz os modelos de administração tipicamente empresarial.

De fato, um simples exame das condições concretas em que se realiza a educação escolar bastará para identificar elementos que são próprios da produção que se realiza no nível da estrutura econômica. O mais flagrante desses elementos aparece no ensino privado, em que o trabalho do professor, por exemplo, constitui-se, do ponto de vista da produção capitalista, em autêntico trabalho produtivo. (PARO, 2012, p. 178-179).

Tem se tornado presente entre parte dos teóricos da gestão escolar a perspectiva de que a administração capitalista deve ser seguida nas mais diversas instituições, sobretudo nas escolas, e desta forma, a tentativa de introduzi-la também nas instituições públicas com a

intenção de reproduzir na educação os supostos benefícios técnicos daí provenientes (PARO, 2012). Esta linha de pensamento, segundo o autor, não leva em conta a forma como se dá o processo educacional, que enquanto trabalho imaterial, “o ato de dar aulas é inseparável da produção desse ato e do consumo desse ato. A aula é, pois, produzida e consumida ao mesmo tempo” (PARO, 2012, p. 183), se configurando, desta forma, como o processo de produção de algo que não é uma mercadoria — capaz de gerar valor excedente —, mas sim, um indivíduo, diferente daquele que entrou nesse processo (PARO, 2012).

Trata-se de que a instituição privada tem toda a liberdade para agir em um segmento que a princípio não chamaria atenção do mercado pelo caráter improdutivo do trabalho do professor. Todavia, “embora eles (os/as professores/as) não sejam *trabalhadores produtivos* em relação aos alunos, assumem essa qualidade perante o empresário. Este permuta seu capital pela força de trabalho deles e enriquece por meio desse processo” (PARO, 2012, p. 182, grifos do autor).

Aqui cabe, também, fazer um comparativo entre as duas escolas que o interlocutor apresenta no fragmento exposto acima. Panorama no qual suscita o debate sobre o fato de uma escola pertencer a uma rede educacional de maior prestígio, enquanto a outra tem um caráter de escola menor, e a forma como a administração empresarial vem a ocorrer nessas duas situações distintas.

O teor empresarial das escolas está sempre presente nos relatos coletados em campo como podemos perceber abaixo:

No colégio Z já é um outro caso mais emblemático. Porque é uma instituição menor, né, e... ele é ultra centralizado. [...] Na verdade, quem manda é o dono da instituição, e a gente, meio que lida direto com o dono, e é isso aí, né. Não tem muita... e ele pensa como empresário, então ele começa com umas decisões que não são muito adequadas, assim, para uma instituição de ensino. Mas ele que é o chefe, então, né, a gente não tem muito como contestar ele, então tem esses porém assim, mas enfim. (MARCOS, 2021).

Observa-se que uma instituição menor pode ser tão empresarial como outra de maior porte, sendo que o mesmo pode ser dito quanto ao caráter confessional ou não das escolas.

O discurso muito visualizado nos dias de hoje, é de uma empresa horizontal e humanista, preocupada com o bem estar dos estudantes e funcionários, onde são todos uma família. Este tende a ser um argumento para que seus trabalhadores estejam subjetivamente alinhados com os fundamentos da empresa, que conseqüentemente pode acabar fazendo com que passem despercebidos, certos traços de precarização do trabalho. É um pouco por este caminho que andam as bonificações e benefícios aos funcionários, que uma vez adotados, transmitem ares de modernidade a estas empresas. Uma das expressões do mecanismo de “desempenho/gozo” que vimos no capítulo anterior, apontados por Dardot e Laval (2016a).

2.2 O TELETRABALHO E SUAS IMPLICAÇÕES NO UNIVERSO DOCENTE

Uma das reconfigurações que propõe a Lei Nº 13.467, de 13 de julho de 2017, conhecida como reforma trabalhista e que altera a CLT, é o teletrabalho. Esse regime traz inseguranças no que diz respeito a regulamentação das horas de trabalho em regime de *home office* e como devem ser geridas na prática tais jornadas de trabalho, dando margem às empresas decidirem a forma como serão dispostas e como, ou se, será feito o controle das horas trabalhadas para que não exceda o contrato.

Nota-se como um dos impactos do trabalho remoto a crescente indistinção entre o que é e o que não é tempo de trabalho (ABÍLIO, 2020). Esta característica, há muito já se reflete no trabalho docente e o regime de isolamento social fez agravar a situação.

Isso se dá a tal ponto que quando perguntado como se distinguem os horários de trabalho dos horários de lazer, um dos informantes comentou simplesmente que eles “não se distinguem”, e logo após, completa: “No meu caso, que tenho dois filhos eu tô com... às vezes com os dois sentados aqui junto comigo na minha sala, e a gente conversando e eu tô trabalhando, né, então é bem complicado” (ANNA, 2021). Um exemplo vivo de que o trabalho remoto fez com que as relações entre os/as professores/as e as suas famílias fossem afetadas.

No exposto durante a entrevista, o professor desabafa: “até de conviver com a minha família dentro de casa eu acabava às vezes me privando, porque tinha que construir aula” (KLEBER, 2021).

Neste exemplo, o isolamento social transcende as realidades já postas, quando o trabalho excessivo faz com que o indivíduo se prive de interagir com pessoas até mesmo do seu convívio doméstico. “O trabalho remoto também concretiza a invasão do espaço particular e íntimo das relações pessoais e familiares” (PIEVE; CARLOTO, 2021, p. 12449). Muito se pode se problematizar a respeito do trabalho remoto e da contraditória realidade onde em pleno isolamento social os indivíduos não têm acesso sequer às interações familiares no ambiente doméstico por conta da sobrecarga laboral.

A gente ficou muito mais fechado né, dentro de casa, então isso também acabou né, se refletindo às vezes até em sobrecarga, né, porque daí tu não tem o que fazer, o que tu vai fazer: bom, eu vou preparar o... vou preparar a atividade né, vou corrigir a atividade, vou né... Porque as... as questões burocráticas é muita coisa, assim, bastante coisa pra ti dar conta. Então tu acaba né, fazendo. (FERNANDO, 2021).

Podemos utilizar estes exemplos para ilustrar empiricamente a questão sobre a pandemia e o isolamento social como agente promotor do excesso de atividades e do

sacrifício como algo natural. Também demonstra que uma completa desestruturação das regras do jogo pode tornar os/as trabalhadores/as mais suscetíveis a aceitar inquestionavelmente condições de trabalho mais insalubres, principalmente em um contexto de crise em que a possibilidade de perder o emprego passa a ser muito mais preocupante do que já é normalmente.

Isso pode coadunar com a teoria de Boltanski e Chiapello (2009) que observamos no capítulo anterior, que no caso pandêmico, representou uma mutação na realidade laboral de praticamente todos os assalariados, a qual é apropriada pelo sistema capitalista.

Não é incomum ao sistema capitalista se apropriar de situações de crise, desastres naturais e regimes de exceção para implementar medidas econômicas que enfrentariam resistência em outros cenários. A palavra oportunidade, associada ao cenário da pandemia, já foi expressamente verbalizada por alguns representantes da agenda neoliberal e também por empresários. (SANTOS; DUTRA, 2020, p. 172).

2.2.1 Subjetivação ideológica e empreendedorismo como método de controle do trabalho

Pensando sobre estes relatos que coletamos em campo, se torna difícil não relacioná-los com as teorias que dissertam sobre o capitalismo contemporâneo e a maneira como este sistema tende a internalizar-se nos indivíduos de forma a suprimir suas verdadeiras vontades em troca da ideologia de mercado (ALVES, 2008). Neste sentido, o trabalho remoto e a pandemia são centrais, mas não os únicos aspectos que resultam numa maior captura da subjetividade.

Mesmo em cenário pré- pandêmico, a “crise econômica, o avanço da informalidade e do desemprego, além da crise política” (PIEVE; CARLOTO, 2021, p. 12443) já vinham abatendo as estruturas do país. O que se agravou durante a pandemia.

É escola privada né, então, assim como tu tá empregado, tu tá na rua né. Então assim, uma hora tu pode ir pra escola e quando vê, de tarde ser demitido. Então assim, eu, pra mim, isso às vezes me angustia muito porque tu nunca sabe, entende? Às vezes tu não sabe se tu tá agradando, se tu não tá agradando. E daí às vezes quando vê tu não tá agradando e do nada tu é demitido, né. Então assim, é uma angústia sempre, assim, muito grande né. Sobretudo, final de ano, né. Final de ano é um pavor, assim, na escola né, inclusive na outra escola eu acho que era mais grave ainda porque era isso, assim, era um pavor sempre, final de ano: meu Deus, será que vou pra rua? [...] Será que não vou pra rua? Então é uma angústia muito grande, sabe? (FERNANDO, 2021).

Nota-se um tamanho sentimento de insegurança profissional através deste relato. A ideologia do neoliberalismo impacta aqui de forma a manter o trabalhador em constante auto vigilância, uma vez que não há garantias de que continuará empregado. Torna-se impensável não se comprometer integralmente com as demandas da empresa e sacrificar-se ao máximo

em troca do “privilégio” de continuar empregado (ANTUNES, 2018), pois essa é uma tentativa para que haja uma continuidade contratual, ou ainda de que não haja um desligamento abrupto e injustificado.

Na mesma linha de raciocínio, o pequeno fragmento onde o professor narra que “inclusive alguns professores que estavam a vinte anos na escola, foram pra rua.” (FERNANDO, 2021), demonstra, a necessidade da escola em “modernizar” seu quadro de funcionários, evitando vínculos estáveis. “Essa é uma realidade onde o trabalho humano é convertido em capital humano que está sujeito ao mesmo risco de desvalorização que o capital técnico ocasionando a exclusão de muitos trabalhadores” (PIEVE; CARLOTO, 2021, p. 12450).

Outra morfologia que a subjetivação toma dentro das empresas escolares, mas que se apresenta de forma mais sutil é a competitividade: “Trabalhar na rede privada é complicado, não é uma coisa muito fácil, não. Em função da competição, enfim.” (ANNA, 2021). Apesar do bom relacionamento com os colegas de trabalho, a entrevistada menciona o fator da concorrência como um ponto que dificulta as relações.

2.2.2 Fazer mais com menos

Através da análise dos dados coletados em campo, um dos fenômenos que se tornaram mais evidentes foram os inúmeros relatos que denunciavam atividades laborativas não remuneradas, se configurando não só no âmbito do trabalho remoto, que claramente culminou em seu aumento, mas também em moldes anteriores à realidade pandêmica. Se mostra, desta forma, como uma característica adjacente ao trabalho docente de maneira geral. Podemos então, acompanhar alguns relatos onde o trabalho não pago se coloca de modo frequente, bem como suas implicações nas vidas desses indivíduos.

No fragmento que veremos abaixo temos um exemplo em que o profissional literalmente trabalhou em dobro, ou ainda mais, no que diz respeito à exposição das aulas.

Nas primeiras aulas, eu, antes de vim pra frente do computador, falar com os alunos, eu gravava... me dava uma aula na frente do computador pra ir mais ou menos digitando aquilo que eu precisava fazer. Então eu repetia a aula duas, três vezes, pra poder depois, chegar na frente do aluno, já com o conteúdo pronto. (KLEBER, 2021).

Há que ser levado em conta o choque que o ensino remoto acarretou na rotina desses professores de maneira geral, mas atentar para o fato de que imediatamente ao emprego do ensino remoto, a reação à nova e instantânea realidade demandou muito tempo e esforço para

acontecer. E essa reação foi ainda mais demorada e penosa na medida em que a afinidade do profissional com o meio digital é menor. Trata-se de uma nova modalidade de trabalho posta à frente destes profissionais de forma abrupta, em que as mais variadas técnicas de execução que antes, no modelo presencial, funcionavam perfeitamente bem, passavam a não surtir mais efeito ou eram simplesmente inviáveis. Tudo isso em um contexto onde o mercado clama por agilidade e por profissionais capazes de se adaptarem rapidamente às mais variadas situações adversas (DARDOT; LAVAL, 2016a).

Era um desgaste muito maior, planejar aulas, uma questão de tempo. Porque em sala de aula você tem interação com os alunos, então você produz muito menos slides e fala muito mais com eles. No sistema remoto o aluno tem essa dificuldade de conversar com a gente, então acabava... você tinha que produzir mais conteúdos, mais slides, pra ah... compor a aula. (KLEBER, 2021).

Novamente temos exemplos do aumento do trabalho. Não da carga horária formal em si, mas do trabalho extraclasse informal, quer dizer, aumento de jornada sem correspondência salarial. Diferentemente deste, no caso em questão o salário do funcionário permanece o mesmo, porém com o aumento efetivo do trabalho a ser feito, configurando um aumento do trabalho não pago que deve ser executado pelo professor.

Cabe aqui ressaltar, que em todos os casos estudados, os dados coletados apontaram o aumento de trabalho não remunerado e dificuldade em se adaptar com a demanda extra. Esta questão está fielmente entrelaçada com o que podemos entender por controle do trabalho alheio, que no capitalismo contemporâneo, não significa uma gerência repressiva, mas está atrelado a técnicas cada vez mais sofisticadas de controle (DARDOT; LAVAL, 2016a).

Tais consequências trazidas pela gestão toyotizada do trabalho podem ser facilmente compreendidas através da exposição de Abílio (2020, p. 115), argumentando que o “trabalhador home office, que, liberto do relógio de ponto, da baia de um escritório, da figura do gerente, tem seu tempo de trabalho e sua produtividade altamente controlados por novos mecanismos, como os das metas e entregas por produto”.

Como podemos observar em uma das entrevistas coletadas, a professora com a carga horária que se configurou como a maior dentre os profissionais entrevistados, sendo 34 horas trabalhadas em sala de aula, tece um comentário elucidativo a respeito, expondo sobre o trabalho na área: “a gente nunca trabalha só na escola, né, o professor, ele trabalha em casa... e na escola. Então assim, não teria uma... como vou te falar... quantas horas daria num total, porque a gente nem... eu nem anoto quanto tempo eu fico em casa trabalhando, né.” (ANNA, 2021).

A professora sequer se preocupa em contar o número de horas trabalhadas em casa, pois o importante é que o que precisa ser feito seja feito. Esta profissional já não está mais preocupada com o quanto irá precisar trabalhar a mais para suprir a demanda de trabalho da escola. Trata-se de uma naturalização deste *fazer mais com menos*, deste *sacrificar-se*, não só a nível do trabalhador da empresa privada, mas também do próprio fazer docente como um ofício em que se espera que o profissional trabalhe mais do que o tempo estipulado na jornada de trabalho oficial documentada no contrato firmado com a instituição. Neste sentido, subentende-se uma naturalização do trabalho extraclasse na categoria docente, de maneira geral, seja na gestão pública ou nas instituições privadas.

Dado este entendimento, é interessante observarmos o quanto é rentável para o capital, do ponto de vista ideológico e filosófico neoliberal, que haja empreendimentos privados no setor educacional. Uma vez que o professor é um profissional que historicamente luta por uma relação trabalhista onde seu tempo de trabalho extraclasse seja reconhecido e valorizado — e esta valorização é material, através de um salário que condiga com as horas trabalhadas fora de sala de aula — e que tão antiga quanto estas reivindicações o é também a negligência por parte dos gestores para com a pauta destes/as trabalhadores/as, nos leva a pensar que a desvalorização deste setor já é quase institucionalizada e está presente, no mínimo, no senso comum quando o assunto é educação.

“A gente nunca trabalha só na escola, né, o professor, ele trabalha em casa” (ANNA, 2021). Já que esta visão é propagada no senso comum até mesmo dos/as próprios/as docentes, de que professor trabalha em casa e naturalmente não recebe nada a mais por este trabalho, não seria plausível que o neoliberalismo aí se enraizasse a fim de colocar em prática seus ditames referentes ao trabalho ininterrupto? Neste universo, o *dar mais de si* difundido pelo capitalismo contemporâneo tem espaço para crescer e se disseminar.

A gente trabalhou horrores, demais até, mas a gente permaneceu recebendo a mesma coisa. Inclusive, em uma das escolas que eu trabalhei a gente teve redução de salário nos meses de férias pra ãh... em função do corte de gastos pra não... uma sugestão pra que não houvesse demissões. (ANNA, 2021).

Esta é uma velha tática burguesa de direcionar ao trabalhador a razão das crises que têm origem estrutural no capitalismo e que são, portanto, inevitáveis neste sistema, e usar como estratégia para retirar direitos. O próprio neoliberalismo, como vimos, surge como reação à crise interna do sistema taylorista/fordista, em que recai no trabalhador as suas consequências (ANTUNES, 2018). É evidente que em momentos de crise, a empresa opta por

se manter a todo custo sem abrir mão de parte do lucro, por pequena porcentagem que seja, e isso implica na corrosão dos direitos trabalhistas.

Além daquelas já apresentadas até aqui, outra das várias formas em que o trabalho não pago se concretiza nas instituições privadas de ensino, e que chama bastante atenção, é na forma da elaboração de apostilas e materiais didáticos que, subentende-se, devem ser previamente fornecidos pela escola. Nos casos analisados, houveram registros onde os/as professores/as tinham como uma de suas funções não remuneradas, a composição de apostilas para suprir a falta deste material didático, geralmente quando a disciplina não conta com um livro didático fornecido pela escola.

Então a apostila eu que tive que fazer, um pedaço dela pelo menos, né. Eu já herdei um pedaço que era de um outro professor, que era antes do... o Luan que tava dando essas aulas lá, mas é o professor antes dele que tinha feito a parte de sociologia, e eu tô tendo que reconstituir ela né. (MARCOS, 2021).

Como constatado na análise empírica, este não foi o único registro onde os/as professores/as devem construir seu material de apoio didático, que irá permanecer sob tutela da escola em caso de rescisão do contrato, não se tratando de um material que será usado apenas pelo profissional que o elaborou, enquanto estiver contratado. Eles estão produzindo um material para a escola sem que haja remuneração para isso. Estão, eles próprios, construindo suas ferramentas de trabalho.

2.2.3 O ensino remoto como propulsor da uberização docente

Tornou-se recorrente no magistério, como resultado da pandemia da COVID-19, casos onde os/as professores/as

utilizam equipamentos pessoais, despendem recursos financeiros para arcar com as custas de adequação de espaços para as atividades por meio de videoaulas (síncronas ou gravadas), energia elétrica e triplicação do tempo empregado nas atividades docentes como, por exemplo, a preparação de aulas e construção de diferentes atividades – fóruns, questionários online, webquests, chats, videoconferências, avaliações e atendimento aos alunos por meio de whatsapp, e-mail, redes sociais e telefone. (COSTA, 2020, p. 11-12).

No discurso abaixo, o professor discorre sobre a disposição dos materiais necessários ao ensino à distância, se referindo à uma escola em que leciona em um município vizinho. Ele afirma que o ensino se deu “totalmente remoto”, e explica seu argumento:

Internet, computador, fone, mouse, tudo meu, né, cadeira, todos... minha casa, tá. Então era meu, por minha conta, né, a escola... absolutamente, não pagou nada, não forneceu nada, enfim. O que dá para ela, também, ou tira dela, o direito de cobrar uma boa conexão, coisa do tipo, uma queda, qualquer coisa que acontecesse, não

tinham o... o direito da cobrança, né, mas, era eu que tava gastando, no caso, esse valor, sem receber nada a mais. (GLAUBER, 2021).

Para além do fato — que, infelizmente, muito se vê na educação — de o trabalhador buscar emprego em outra cidade, que por si só já configura uma realidade dificultosa ao seu trabalho e que resulta na ampliação da jornada laboral, temos uma situação bastante parecida com o cenário da uberização. Pelo menos em termos de equipamentos, onde o trabalhador só pode exercer sua função se possuir de antemão os meios materiais necessários à consecução das tarefas. Evidentemente que não estamos comparando esta realidade com todos os aspectos da uberização, pois no caso estudado existe um vínculo empregatício que não se verifica no sistema uber.

Ainda assim, nesta situação, vamos nos deparar com um cenário onde muitas vezes o professor não conta, não apenas com os meios necessários ao ensino à distância, como também, o ambiente em que as aulas ocorrem não é nada favorável para tal. O meio doméstico é, na maioria das vezes, para não dizer que em todas elas, muito distinto, em todos os aspectos possíveis, do que necessitamos ter em uma sala de aula. E essa característica pode comprometer toda a atividade didática, não só pelo ponto de vista dos educandos que estão participando de uma aula comprometida pela realidade prática da mesma, mas principalmente o do professor, pois o trabalho se coloca em grande medida numa condição improvisada.

o único suporte que a escola nos deu foi há... antes da gente entrar, uma semana antes da gente entrar no remoto, ela nos deu um curso de como que funcionaria pra acessar o... o google meet, né, o que que a gente usava, como usava a plataforma a qual a escola pertence, pra poder lançar trabalhos, lançar aulas... como isso ia funcionar. Mas computador, internet, se o professor quer há... fone de ouvido, se vai falar só com o microfone do notebook, era cada um com a sua... o seu material. (KLEBER, 2021).

Este é mais um exemplo que podemos problematizar sobre o teletrabalho associando à reforma trabalhista de 2017. Mais uma vez, as ações das empresas frente a necessidade de adotar esta modalidade laborativa, que neste caso, em detrimento do estado de calamidade e seu conseqüente regime de isolamento, não passam pelo rigor legal necessário à garantia dos direitos dos trabalhadores. O que está posto sobre o assunto, limita-se ao Art. 75 desta legislação, mencionando que

As disposições relativas à responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem como ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado, serão previstas em contrato escrito.

Parágrafo único. As utilidades mencionadas no **caput** deste artigo não integram a remuneração do empregado. (BRASIL, 2017, grifos no original).

O que a legislação em questão *não* aborda é sobre a natureza deste contrato escrito. Não leva em consideração a relação de poder desigual existente entre trabalhador e contratante. A forma como é colocado na vigente legislação parece pressupor um regime de teletrabalho contratualmente pré estabelecido, diferente do ocorrido no cenário pandêmico, abruptamente instaurado. Aqui o trabalho remoto surgiu como uma solução a fim de frear os índices de contágio pelo vírus, onde o isolamento social foi tido como a medida mais eficaz tendo em vista, no momento, a não existência de vacinas ou tratamento cientificamente comprovado.

As propostas que surgem, na tentativa de ordenar o caos que se instaurou e minimamente regulamentar questões urgentes relativas ao trabalho em detrimento da pandemia, foram dispostas na Medida Provisória 936/2020, convertida na Lei Nº. 14.020, de 6 de Julho de 2020, que altera as leis trabalhistas por conta de tal cenário. Esta, que novamente foi desenhada de forma a restringir os direitos trabalhistas, mais do que a expandi-los, em nenhum momento sequer menciona as questões relativas ao trabalho remoto, deixando novamente o trabalhador suscetíveis às decisões da empresa.

A uberização refere-se às regulações estatais e ao papel ativo do Estado na eliminação de direitos, de mediações e controles publicamente constituídos; resulta da flexibilização do trabalho, aqui compreendida como essa eliminação de freios legais à exploração do trabalho, que envolve a *legitimação, legalização e banalização da transferência de custos e riscos ao trabalhador*. (ABÍLIO, 2020, p. 112, grifo nosso).

Não foram apenas os materiais necessários ao trabalho em *home office* que foram negligenciados pela maioria das empresas escolares. Embora em menor incidência, também apareceu com nitidez nas entrevistas coletadas, a falta de preocupação com o despreparo dos professores quanto a sua capacitação didática e técnica para que as aulas pudessem ser transferidas para o meio digital. Nenhum dos informantes que concederam seus relatos a esta pesquisa contava sequer com uma básica noção de como trabalhar aulas na configuração *on-line*. Recaindo aos professores a responsabilidade de aprender por conta própria, técnicas necessárias para não comprometer seu trabalho nesta nova morfologia que estava posta.

Houveram escolas onde foram disponibilizadas instruções visando tanto a questão didática neste ambiente, como o próprio manejo dos equipamentos, porém, nos casos em que não houve esta preocupação, os profissionais que não tinham afinidade com tais tecnologias definitivamente apresentaram ainda mais dificuldade. Em uma situação como esta, como

vimos, seria típico à gestão toyotizada a substituição destes funcionários como solução para este impasse (PIEVE; CARLOTO, 2021).

Já na questão do relacionamento entre professores, o efeito do ensino remoto gera um certo afastamento entre os profissionais. Sendo tanto uma consequência íntima do neoliberalismo, quanto também agudizada pelo distanciamento social. Esse fraco vínculo entre os/as professores/as além de poder abrir margem para uma baixa interdisciplinaridade das aulas — tão valorizada pela gestão —, também torna impessoais as relações de trabalho durante a pandemia, o que é bastante compreensível tendo em vista as inúmeras restrições que ela trouxe.

Segundo o que abordam Pieve e Carloto (2021, p. 12449), “esses vínculos que já estão sendo comprometidos e fragilizados pelo individualismo, pela competitividade e pelas condutas do cada-um-por-si serão reforçados pelo distanciamento físico”. Isso, segundo as autoras, tende a desordenar e fragmentar a classe trabalhadora, onde os espaços coletivos de diálogo são eliminados (PIEVE; CARLOTO, 2021). Neste sentido, fica evidente que o mercado neoliberal pode ter se beneficiado dessa impessoalidade que foi fruto do distanciamento social e do ensino remoto, fazendo com que o sistema concorrencial passe a ser mais digesto para os funcionários, onde não há relações diretas entre os mesmos, possibilitando um menor grau de empatia entre eles quando comparado com o contexto presencial.

2.3 UM ESTADO DE ADOECIMENTO

Quando nos propomos a estudar os/as trabalhadores/as sob influxo do neoliberalismo, estamos em grande medida preocupados com a saúde destas pessoas, até porque “as manifestações de adoecimento com nexos laborais não são fenômenos novos, mas processos tão antigos quanto a submissão do trabalho às diferentes formas de exploração” (ANTUNES, 2018, p. 157). Bem como, se tratando ainda de uma pesquisa que se deu em contexto de crise sanitária seria improvável não manifestarem-se alguns dados a este respeito. O mais irônico é que os casos de infecção por COVID-19 nos professores que se propuseram participar do estudo, foram os que se mostraram menos relevantes quando a saúde dos mesmos foi mencionada.

Por outro lado, questões psicológicas como ansiedade e estresse, e relativas ao cansaço mental, tiveram uma ordem de importância elevada nas falas registradas. Um exemplo cristalino disso, se representa no depoimento que destacamos desta professora, que além de

ser diagnosticada com depressão, conclui sobre os níveis de ansiedade gerados pelo trabalho, onde afirma: “eu posso falar, com certeza, que os meus problemas de crises de ansiedade sempre foram desenvolvidos por... em função do meu trabalho” (ANNA, 2021).

É por mobilizar, com intensidade e profundidade, a alma humana que o novo capitalismo, com sua nova cultura da fluidez e precarização do trabalho e da vida social, contribui para a epidemia de novas doenças psicossomáticas. As doenças do novo capitalismo atingem mais o homem integral, sua mente e corpo, com o estresse e a depressão sendo sintomas da colonização intensa da vida social pelos requisitos empresariais. (ALVES, 2008, p. 104).

São questões geralmente relativas primeiramente ao excesso de cobrança, e proveniente disso, do excesso de trabalho propriamente dito. “Eis, portanto, a matriz das *novas doenças da alma*” (ALVES, 2008, p. 108, grifos do autor). Os trabalhadores, quando expostos a gestão por metas e em contexto de *home office*, acreditam ter nas mãos o controle do seu tempo de trabalho, porém, não é mais o relógio que os governa, e sim o cumprimento de suas atribuições (PIEVE; CARLOTO, 2021). Neste sentido, “a maximização da produtividade e o acúmulo de tarefas podem gerar estresse, medo de não dar conta das atividades, cansaço, sofrimento emocional podendo chegar ao adoecimento mental” (PIEVE; CARLOTO, 2021, p. 12449).

eu de fato fiquei sobrecarregado, [...] e isso era uma estafa puramente mental, justamente porque como eu tava fazendo muita atividade na frente de computador, trabalhando, e pouca atividade física, né, eu comecei a ter um... isso gera um problema, porque gera um desequilíbrio, um desbalanço muito grande. Daí gera insônia, né, problema de... é, problema para dormir, daí eu começo a me alimentar mal, gera todos esses distúrbios alimentares e do sono, principalmente. (MARCOS, 2021).

Também foram registrados alguns dados relativos à negligência de instituições em relação à pandemia propriamente dita, como podemos ver no caso exposto abaixo:

No caso da escola de Santa Maria, todo o período remoto eu fui trabalhar, diretamente da escola. Então, eles equiparam todas as salas de aula com... computadores, com toda estrutura, né. Então tu ia... no caso, vamos supor: eu tenho aula na quarta-feira, a manhã inteira, então eu ia para lá no horário normal que eu estaria na escola, e ficava a manhã inteira na mesma sala, fazendo tudo remoto, ali, com os estudantes. Então eu chegava lá... tem álcool, lá, com um paninho eu limpo toda a estrutura, ali né, do... computador, mouse, enfim... tu limpa toda a estrutura, cadeira, senta, e ficava a manhã inteira ali, numa sala, sozinho, isolado. Terminava a amanhã, botava... enfim, botava a máscara e vinha embora. [...] essa da... de ter que ir até a escola, foi no auge da pandemia, ali né. Então, no início desse ano, ali, quando tava bombando a coisa, né, e não tinha nem previsão de vacina, ainda. Então acho que fazer... por exemplo, eu tenho meio de locomoção, mas tem colegas que necessitam de ônibus, e aí tinham que sair de casa e ir até lá sem a real necessidade. (GLAUBER, 2021).

O que este relato nos mostra é uma inversão daquilo que vimos anteriormente, quando abordamos os traços da uberização, muito provavelmente pelo fato de a escola ter a estrutura

necessária para equipar as salas de aula a fim de que o professor possa desempenhar sua função no ensino remoto. Não se trata, no entanto, de uma questão menos problemática. Pois o termo “ensino remoto”, aqui, só se verifica pelo fato de o professor e os estudantes não se encontrarem no mesmo ambiente físico, pois para o funcionário que precisou se deslocar de casa, muitas vezes utilizando transporte público, no objetivo de chegar à escola para lecionar, o nível de exposição ainda é grave. O risco de contágio e a saúde do trabalhador não são levados em conta, e a preocupação da escola, neste caso, se estende apenas aos educandos e suas famílias.

De fato, o neoliberalismo se coloca como um fator primordial da reconfiguração da sociedade, do nível estrutural ao psíquico. As relações humanas dentro da organização capitalista têm sido cada vez mais atravessadas pelo trabalho na medida em que este se alastra para ambientes onde até então não era vivenciado. Como buscamos analisar no decorrer deste capítulo, o neoliberalismo, resultante da crise do capitalismo fordista, se apropria fortemente do campo da educação, tanto no que diz respeito à esfera laboral como no que tange às atividades pedagógicas.

Nas escolas privadas, a concorrência age de forma que as empresas estejam em um cenário onde é preciso extrair o máximo possível da força de trabalho dos assalariados. Assim, os reflexos desta concorrência empresarial são projetados nos funcionários. Ocasionalmente uma acentuação da jornada de trabalho, que tem seu ritmo intensificado pelos novos mecanismos de controle do trabalho, baseados em metas de produção.

O cenário do isolamento social, contexto em que a pesquisa de campo se concretiza, acaba por impulsionar os traços de subjetivação neoliberal no interior da classe docente, o que somando-se ao desemprego estrutural e à crise econômica, produz um cenário onde se naturalizam as intensificações nas atividades cotidianas na rotina laboral. Não há mais descanso entre a jornada de trabalho de um dia e a do próximo. As casas dos professores se transformam ao mesmo tempo em sala de aula, e escritório. As próprias relações familiares são afetadas. Além da típica jornada estendida na qual todos os/as professores/as sempre estiveram submetidos/as, tornando-se a cada dia mais intensa.

A gestão neoliberal avança sobre um dos lugares mais sagrados do ser humano, seu lar, o qual é inundado pela rotina laboral. Apesar das reflexões críticas que os professores por vezes apresentam a esse respeito, uma certa rotinização tácita dessas dinâmicas se faz presente no dia a dia docente. Observa-se uma complexa relação entre, por um lado, e parcialmente, uma “captura da subjetividade” e, por outro, também parcialmente, uma resistência crítica a essas transformações recentes que têm ocorrido no chão da escola.

3 DO TRABALHO INTELECTUAL AO MAQUINAL

Como vem sendo demonstrado na nossa investigação até então, a escola neoliberal responde às demandas do livre mercado, aproximando-se, assim, das empresas de qualquer outra natureza. Podemos perceber as implicações do sistema normativo neoliberal na atuação docente, nesse sentido, abordamos morfologias típicas do capitalismo contemporâneo e as relacionamos com as especificidades do trabalho docente.

Na presente seção, o nosso foco estará nos fenômenos mais voltados para o tema da liberdade docente enquanto condição *sine qua non* ao ato de lecionar, bem como, para as interferências da filosofia neoliberal e conseqüentemente, sua prática nos casos analisados em campo. Analisaremos em que medida o ato pedagógico nas escolas privadas fora modificado pelos paradigmas do mercado e da face capitalista destas empresas escolares.

A principal questão a ser respondida neste capítulo é: até que ponto o fato do professor estar sujeito à uma instituição privada, onde o vínculo com a empresa é genuinamente incerto, faz com que sua atuação profissional seja alterada? A resposta de Anna (2021), é bastante elucidativa:

É... influencia muito. Porque tu fica instável, né, tu fica... e eu acredito que isso até, inclusive acabe deixando a gente, de certa forma, com alguns problemas de ter que dar conta de tudo, ter que buscar, ter que correr atrás, né. Então influencia bastante. Se tu tem... até porque, tu pode, em algum momento, ser chamado e ser demitido, né. Não tem uma relação que diga: não, tu tem um mês, aviso, essas coisa, não, tu pode ser demitido a qualquer momento. Claro que isso vai... influencia sim. Eu... eu não... não gosto desse sistema... não concordo com isso, porque mecaniza muito a gente também.

Este fragmento citado, aborda resumidamente, boa parte dos relatos que iremos analisar a partir deste momento. A escola pressiona os/as trabalhadores/as com a possibilidade do desemprego, e estes se veem, então, obrigados a seguir os paradigmas colocados para o seu trabalho. A aceitação dessa dinâmica não ocorre exclusivamente por conta do processo de subjetivação neoliberal, uma vez que, acontece através da coerção na medida em que é preciso seguir com rigor as demandas da empresa. Isso significa, em termos de didática, uma perda sistemática da autonomia docente, levando a uma mecanização da atividade de ensino e aprendizado.

Tendo em vista esta realidade, precisamos nos debruçar sobre estes traços de reificação do trabalho docente a fim de compreendê-lo dentro das relações que se travam nas carreiras dos/as professores/as entrevistados/as.

3.1 PROLETARIZAÇÃO, DESPROFISSIONALIZAÇÃO E DESQUALIFICAÇÃO DOCENTE

Ponto crucial na análise que propomos para este segmento do estudo, as teses que versam sobre a proletarização e desprofissionalização do trabalho docente nos colocam uma perspectiva crítica a respeito do fazer pedagógico de uma profissão constantemente atacada. Seja de forma institucionalizada, seja através do que é difundido pelo senso comum, trata-se, segundo Oliveira (2004), da desvalorização profissional que a classe docente vem sofrendo desde a inserção do neoliberalismo na educação brasileira.

Deste modo, como colocado por Oliveira (2004, p. 1133), “a discussão acerca da autonomia e do controle sobre o trabalho é o ponto fulcral”. Interessa-nos, pois, observar em que medida a autonomia docente é impactada pelas dinâmicas de gestão das empresas privadas.

A proletarização e desprofissionalização da classe docente tem sido um dos resultados dos processos de racionalização do trabalho, “as instituições em geral e a escola em particular só têm sentido com base no serviço que devem prestar às empresas e à economia” (LAVAL, 2019, p. 29). Nestes termos, as reformas educacionais promulgadas pelo Estado, entram primeiro como um desqualificador da educação, a partir de que, só então, será a escola, — e neste caso, a escola privada — atrelada ao senso comum, que estarão agindo em desfavor à profissionalização docente.

Na argumentação de Christian Laval (2019, p. 30, grifo nosso) é apresentado que “o caráter fundamental da nova ordem educacional está ligado à *perda progressiva de autonomia da escola*, acompanhada de uma valorização da empresa, que é elevada a ideal normativo”. A partir disso, passamos a compreender esta perda de autonomia, primeiramente da escola, de natureza institucionalizada, e só então, do professor, como o indivíduo exposto à concretização dessas medidas.

Temos abaixo, um exemplo de como estas normativas que tendem a desqualificar o trabalho docente têm sua presença no âmbito legal:

as aulas, elas vão começar a ter um outro caráter, que é um caráter mais no sentido de oficinas, né. E daí isso me pegou, assim de sobressalto, assim, porque eu fiquei bem assustado, assim, e eu falei: meu Deus, eu não acredito que eu estou passando por isso. Né, mas porque eu falo isso? porque muda-se completamente, né. É mais ou menos assim: ah, qualquer um pode ir lá e dar uma oficina, entendeu, e o risco que se cai nisso é a gente banalizar a filosofia né. (FERNANDO, 2021).

A proposta de transferir as aulas de filosofia para o formato de oficina, segundo o entrevistado, surgiu como uma solução para a escola manter a oferta da disciplina, tendo em vista que a reforma curricular⁷ desobriga as escolas de mantê-la. Neste caso, não se trataria de uma sugestão da escola, mas sim do governo. Porém, sendo o caso de uma não obrigatoriedade, e não de uma imposição para excluí-la, a escola poderia manter a disciplina em formato de aula. Vemos aqui uma medida estatal vinculada com os interesses das corporações privadas, onde estas, por sua vez, podem, a partir de tal decisão, retirar de seus currículos aquelas disciplinas que não são lucrativas do ponto de vista da educação de mercado.

Outra questão que merece ser aprofundada está marcada pela fala do professor onde ele define que uma vez a disciplina sendo ministrada no formato de oficina, qualquer pessoa, qualificada ou não, poderá assumir a sua responsabilidade. Trata-se de um cenário precarizante, onde a escola pode ter o aval para contratar, por exemplo, estudantes não formados com contrato de estágio e que portanto teriam uma remuneração bem abaixo do trabalhador em regime de CLT. Ou ainda, delegar a dita oficina a um docente de outra área cuja formação não condiz com a disciplina em questão, sendo duplo o teor da precarização laboral, visto que além de eliminar um profissional do seu quadro docente, sobrecarrega aquele que fica responsável por uma atribuição que não lhe cabe enquanto profissional. Além de colocar o então professor da disciplina em uma situação de incerteza e insegurança, onde a qualquer momento pode se ver sem seu emprego. Processo típico da gestão de matriz neoliberal e que está intrinsecamente associado ao adoecimento decorrente das relações com o trabalho.

3.2 DA INTERFERÊNCIA DA GESTÃO À INTERFERÊNCIA FAMILIAR

Ao despir esta face do trabalho docente, não temos como deixar de observar a interferência na didática destes/as trabalhadores/as como um de seus vetores mais presentes. Interferência esta, que aparece de maneira predominantemente coercitiva. Tão impositivo e ao mesmo tempo sutil quanto qualquer outro processo de flexibilização no neoliberalismo.

⁷ Segundo a atual versão da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), documento normativo que busca padronizar o ensino na educação básica nas escolas públicas e privadas, a disciplina de Filosofia não se configura como um componente curricular obrigatório. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 11 jan 2023.

“É... não é muito assim que eu gostaria, mas, infelizmente, né, como a gente tá numa rede privada, né, faz ou... tem que fazer né...” (FERNANDO, 2021).

Essa passagem conclui a fala do professor que acabamos de verificar na seção anterior. Este, que teve suas aulas de filosofia transformadas em oficina, uma vez vindo como normativa da escola, não vê outra opção a não ser cumprir a demanda. Para que o vínculo contratual entre ele e a instituição não seja rompido, até mesmo uma mutação a nível basilar e que modifica na raiz a sua atuação enquanto profissional precisa ser acatada.

O livro didático também se configura como um importante fator de vigilância e controle do trabalho docente. Como relatado frequentemente nas entrevistas e colocado de forma nítida por Marcos (2021), onde apresenta sua experiência:

Eu já passei por alguns livros didáticos que não dava para usar o livro didático, literalmente, nem como horizonte de organização da ideia. Porque a ordem de conteúdos era esquizofrênica e os conteúdos propostos dentro do livro didático estavam errados, né. Aí o livro é um desserviço completo, porque ele não organiza a cabeça do aluno, o texto que tá ali, tu tem que corrigir, e aí tu tem que ficar criando o material complementar o tempo inteiro para conseguir corrigir os furos do livro didático, né.

Nas escolas estudadas, o livro didático é uma opção/imposição da gestão escolar. Como apresentado no fragmento que destacamos, no qual o professor fala das escolas em que atua: “Nos dois casos o uso do livro didático, há... não como um fator opcional, é um fator que já está posto, na realidade, quando eu entrei já tinha esses dois materiais.” (GLAUBER, 2021).

O livro didático entra como um instrumento inegociável e externo ao profissional, que deve se adaptar ao material que o precede. Diz, este professor, ao refletir sobre o modo como os pais se impõe nesta questão, que há sempre que se levar em consideração os momentos em que o livro pode ou não ser usado:

eu noto que nessas duas redes... nessas duas vezes que eu tô trabalhando agora, como são redes particulares, pagas, há... e a galera gasta com esse livro, existe uma exigência de que se cumpra o livro, então, fica essa coisa, a gente tem que fazer o jogo de cintura. (GLAUBER, 2021).

Os aspectos que deveriam envolver liberdade de escolha do professor, que domina os assuntos abordados em aula, sobre como e o que usar do material, acabam sendo sancionados, sobretudo, por aqueles que financiam a escola. Esse “jogo de cintura” do entrevistado, se configura como o esforço despendido pela necessidade de validar para os pais uma decisão tomada em seu trabalho. Sendo necessário à classe docente se afirmar, como colocado por Oliveira (2004, p. 1136), enquanto “uma ocupação que exerce autoridade e jurisdição

exclusiva simultaneamente sobre uma área de atividade e de formação ou conhecimento, tendo convencido o público de que os seus serviços são os únicos aceitáveis”.

Reside aí, uma forma de interferência de natureza doméstica para com a forma como o professor irá se apoiar em um material didático. É evidente, do ponto de vista docente, a importância do livro didático no ensino, porém, dentro do vasto mundo dos recursos didáticos, é apenas uma parte, que quando a ele é dado demasiado protagonismo a tendência é de uma redução da aula a um sistema engessado e supressor da liberdade criativa do trabalhador.

A partir da tendência de mecanização do trabalho docente, a exigência de que se utilize o livro didático irrestritamente, visando quase um sistema apostilado, é um recurso que convém a este fim.

Ao dividir o ofício em seus elementos mais simples, a produção capitalista está, ao mesmo tempo, promovendo a desqualificação do trabalhador. Este, que no processo anterior podia desempenhar uma função complexa que lhe exigia a participação não apenas de sua habilidade física, mas também de seus conhecimentos, capacidade de raciocínio, decisão e criatividade, passa a exercer, no processo capitalista de produção, apenas uma tarefa parcelar e repetitiva (PARO, 2012, p. 82).

Por mais que seja permitido pela escola ao profissional docente, que este execute uma análise avaliativa no que diz respeito à forma como alguns conteúdos são apresentados, para então decidir como irá utilizar o material em aula, também existe uma pressão para que este seja empregado o máximo possível. Neste caso, a pressão exercida está a cargo dos então clientes desta empresa. Segundo o interlocutor, “na rede privada, quando se tem livro didático há... é assim, tu tem que usar o livro didático, né, porque se não, os pais vêm pra cima, né: ‘Como assim? Eu paguei horrores pelo livro didático e o professor não tá usando o livro didático’”. (FERNANDO, 2021).

O livro didático, como um item comercializável, é um dos recursos que amplia a interferência dos pais. Em sentido amplo e do ponto de vista do contrato é esperado que em uma relação de compra e venda, o cliente procure exigir o produto à sua maneira.

“Então, a gente segue um livro didático dentro da escola privada, que é selecionado pela própria escola. Então a gente trabalha com aquela... com aquele livro didático e com um... claro que eu sempre levo alguma coisa extra, muitas coisas extras.” (ANNA, 2021).

Também os(as) professores(as) não dispõe de autonomia para escolher o livro didático que será utilizado em suas aulas. Os profissionais que efetivamente vão trabalhar durante todo o ano letivo com aquele material estão limitados por uma escolha que não partiu deles, assim, neste sentido, observamos mais um exemplo onde a gestão escolar restringe a autonomia

docente para com o seu trabalho, e o professor entra aí como um funcionário que irá manipular o livro em um processo de encontrar o que faz e o que não faz sentido trabalhar em sala de aula.

Na escola privada a gente tem que usar o livro didático, na íntegra, né. [...] Então o livro didático, ele é uma responsabilidade, ele tem que ter responsabilidade com a história, né, que é no meu caso [...]. Então isso é muito importante que a gente tivesse a liberdade de escolher, né, o livro. Em uma escola é... a gente já tem o livro, por que daí é um acordo com a editora, né. (ANNA, 2021).

Este contexto de subordinação dos/as trabalhadores/as às decisões da escola, abre uma brecha para tencionarmos os critérios que movem a escolha do material ou editora por parte da instituição. Se tratando de empresas que pertencem ao mercado onde a comercialização é o cerne das relações e que nenhuma parceria empresarial costuma ocorrer sem ser lucrativa, notamos que o mercado editorial do livro didático traz fortes impactos no campo escolar.

Para além do livro didático, outros momentos em que foram registradas interferências no fazer docente por parte dos pais, estão relacionados ao ensino remoto durante a pandemia da COVID-19.

Ocorre, por exemplo: agora, com essa função do remoto, os pais assistem aula junto. Então tu tá dando aula, o cara liga lá pro... para escola, diz, “ó, eu não quero isso... eu não gosto daquilo... esse professor tá falando isso... tá dizendo aquele outro...” né, [...] eu tive já, trabalhos, por exemplo, “ah esse trabalho aqui não é para o meu filho... não é para idade do meu filho... isso aqui não tá coerente com meu filho”. Então assim, tu tem... do leigo... por que os pais são leigos, né, no quesito... eu falo aí da educação enquanto ciência mesmo, né, eles são leigos, mas eles trazem a questão familiar. (GLAUBER, 2021).

Esse é um fato trazido pelo ensino remoto, onde o professor sofre a sanção diretamente dos pais sobre como deve exercer sua função. Tanto nas instituições privadas como na educação pública, os/as professores/as precisaram lidar com esse tipo de situação que ampliou as possibilidades de influência familiar no âmbito escolar.

“Hoje, com o híbrido, né, o filho tá em casa, às vezes o pai... o professor fala uma coisa e o pai pega só aquele contexto, não pega todo o enredo do assunto e acaba interpretando mal.” (KLEBER, 2021).

Este é um exemplo típico do argumento de Oliveira (2004, p. 1135), de que “abrir os conteúdos e as práticas do seu fazer cotidiano é muitas vezes tomado pelos/as professores/as como um sentimento de desprofissionalização”. Trata-se da ideia de que o que se faz na escola não é assunto de especialista, não exige um conhecimento específico, e, portanto, pode ser discutido por leigos” (Ibidem).

Igualmente, a socialização que ocorre no âmbito familiar difere em grande medida da diversidade, pluralidade e referências presentes no espaço escolar, uma vez que a instituição escola idealmente não corresponde a uma extensão da família. Devendo haver, uma autonomia necessária em relação a esta última para seu bom funcionamento e maior aproveitamento por parte do educando. Neste sentido, o ensino remoto proporcionou um estreitamento entre escola e núcleo familiar.

Mesmo fora do ensino remoto este tensionamento é cabível, tendo em vista que o emprego destes/as profissionais passa a depender de certa aceitabilidade por parte dos que pagam a mensalidade escolar. Nas palavras da interlocutora, “a escola privada, infelizmente, ela tem uma necessidade de agradar pais, e isso acaba pesando muito no nosso trabalho, muito mesmo.” (ANNA, 2021).

Isso não significa afirmar que a escola é reflexo das determinações familiares, bem como não se coloca como reflexo da lógica de mercado, uma vez que o campo didático pedagógico possui relativa autonomia — os/as professores/as não são exclusivamente determinados por lógica externas —, mas significa pontuar que há em elementos como esses um indicativo de intencionalidade e ação relevante para compreensão do cotidiano docente no chão da escola.

Um dos interlocutores coloca que o teor mercadológico das instituições em que trabalha influencia diretamente em sua atuação profissional.

Acaba influenciando, no sentido assim, ó: hoje em dia eu já penso em algumas coisas, tipo, como é que vai repercutir com os pais, mas não no sentido de que eu tô preocupado com o que os pais... é mais preocupado no sentido de não ter problema, entendeu? De não criar um problema. Poxa, bah, se eu botar esse vídeo aqui, bah, já vi que os pais vão incomodar por causa disso aqui, então, não vou botar, né. Então, tu faz uma auto censurar, vamos dizer assim. (GLAUBER, 2021).

A sua didática precisa ser constante e atentamente policiada, a fim de evitar certos problemas com os pais que por sua vez podem acarretar desconforto entre a instituição e o docente, e até mesmo, em uma situação mais extrema, ocasionar o seu desligamento. Configurando-se como uma conjuntura de proletarização e desprofissionalização docente, uma vez que o professor tem seu fazer profissional atravessado, ou por uma opinião leiga vinda dos pais — cuja manifestação de desaprovação pode tanto ser desferida diretamente dos pais, ou então se apresentar através do intermédio da escola —, ou pela auto repressão em sua didática a fim de não ferir certos valores familiares que em uma situação ideal deveriam ser deixados fora da sala de aula.

Aí tu tem que achar as fissuras, tu tem que achar... então o nosso trabalho, ele é de entender esse processo, se adequar à esses processos dentro dessas escolas, mas ao

mesmo tempo, encontrar possibilidades de construir um pensamento crítico, né, mas tudo muito sutil. Por que tu não pode ser... tu não pode ser muito expansivo, porque senão, tu toma um corte, né. Tu toma corte, primeiro dos pais, depois da escola, e por aí vai. (GLAUBER, 2021).

Também é interessante salientar a precarização do trabalho docente em seu teor alienante, tanto no quesito representado pelo impositivo uso descontrolado do livro didático, quanto pela interferência imperita nos assuntos tratados em aula, bem como nas didáticas utilizadas para tratar tais assuntos. Com o apoio do que expressa Oliveira (2004, p. 1334), podemos compreender que “o trabalhador que perde o controle sobre o processo de trabalho perde a noção de integridade do processo, passando a executar apenas uma parte, alienando-se da concepção”. Estariam os/as docentes, se aproximando de um fazer maquinal onde cada vez mais se afastam do caráter intelectual de seu trabalho. Tal movimento não ocorre de modo unilateral e linear — o caráter artifice (SENNETT, 2019) da docência não se desfaz como um todo — mas marca um aspecto tendencial em contexto de perda de autonomia e desprofissionalização do fazer professoral.

Este processo onde temos a dissipação da liberdade do professor ao planejar as aulas, e a eterna auto vigilância, é capaz de acarretar um contexto que pode desembocar, inclusive, em trabalho não pago, tendo em vista que a necessidade de se moldar às escolhas das escolas e dos pais se configura como um trabalho extra.

Dentro da escola privada a gente é muito censurado em questão de posicionamento, ãh... às vezes a gente tá dando uma aula sobre um determinado tema... e aí qualquer palavrinha que pode ser... os alunos levam, de alguma forma, pra casa, e isso cria um enorme desgaste. Então, eu trabalho muito com afetividade, acho muito importante tu criar um vínculo de amizade com os teus alunos. (ANNA, 2021).

Quando a professora utiliza o termo “censurado”, nos desperta uma preocupação sobre a força que tomam esses artifícios gerenciais na relação entre pais, escolas e professores. Tendo consciência de seu lugar nessa hierarquia, a professora aposta na boa convivência com os educandos para minimamente ter autonomia em sala de aula.

Com a ampliação dos mercados educacionais, [...] os consumidores têm efetivamente mais poder que os eleitores na esfera pública simplesmente por poderem escapar do prestador de serviço que não lhes convém e escolher outro, o que leva os proprietários privados a tentar satisfazê-los para manter a clientela (LAVAL, 2019, p. 177)

Essa forma de abordar o trabalho docente, trata-se de um procedimento de gerência. Afinal, “a administração capitalista precisa lançar mão de recursos, ao mesmo tempo eficientes e dissimuladores, que lhe permitam exercer, com legitimidade, ao menos aparente,

o controle exigido para a expansão do capital” (PARO, 2012, p. 81). Tendo isso em mente, para as escolas, é necessário que seja desta forma, justamente pelo teor concorrencial que se instaura no mercado, onde é necessário agradar seus compradores para não perdê-los para outra empresa mais bem disposta a disponibilizar o serviço da forma como é cobrado pelo consumidor.

3.3 MECANIZAÇÃO DO APRENDIZADO

Bourdieu (2007, p. 50, grifos do autor), argumenta que “o capital cultural e o *ethos*, ao se combinarem, concorrem para definir as condutas escolares e as atitudes diante da escola, que constituem o princípio de eliminação diferencial das crianças das diferentes classes sociais”. Para o autor, as famílias da elite utilizam a escola como parte de um projeto de reprodução social, quer dizer, busca a manutenção do status quo familiar através da educação dos filhos.

Segundo seu raciocínio, as famílias buscam perpetuar sua posição social fomentando desde cedo nas crianças o interesse por adquirir certo nível de erudição. E isso ocorre tanto de forma proposital e induzida, ao matricular os filhos em uma escola conceituada, como natural e espontânea, ao passo que estes conhecimentos adquiridos pelas famílias ao longo das gerações são transmitidos aos mais novos de maneira quase osmótica (BOURDIEU, 2007).

A partir disso, podemos entender o histórico de algumas instituições que se sobrepõem no mercado educacional como aquelas escolas em que suas vagas sofrem uma competição acirrada por parte dos consumidores. Isso pode se configurar, por exemplo, em instituições que colocam seu ensino à favor de um exame específico: “A escola na qual eu trabalho, ela é muito focada na questão ENEM. [...] é aula teórica do primeiro dia ao último dia, com o foco no ENEM, com o foco no... como é cobrado as questões no ENEM.” (KLEBER, 2021).

Da mesma forma, este professor coloca que nesta instituição não há uma supervalorização das famílias em detrimento dos/as professores/as. Ou seja, apesar de predominar nos relatos, o primado da família não é sempre determinante no cotidiano docente.

As escolas com maiores índices de aprovação dos educandos no Enem costumam ter mais prestígio. Neste contexto, a escola se coloca enquanto uma garantia dos educandos adquirirem os conhecimentos de forma específica a fim de passar para o ensino superior, para

tanto, a escola direciona a didática desses profissionais a um fim muito específico e delimitado.

Os conteúdos precisam ser apresentados de forma congruente com o que se espera de uma educação de elite. Não raramente, a prática educacional mecanicista e o ensino instrumentalizado são componentes de uma política da escola. Esta prática é também um resultado da gestão neoliberal, mas mais do que tudo, uma ação voltada para o futuro ingresso no ensino superior, almejando melhores posições na hierarquia das profissões.

“Poxa, eu chego aqui, só despejo o conteúdo e não tem essa interação.” (KLEBER, 2021).

O endurecimento das relações entre educadores e educandos também pode ser um reflexo das demandas da escola por ser reconhecida justamente pela sua rigidez e consistência na abordagem dos conteúdos, uma vez que visa a preparação do educando para o ingresso na graduação e portanto valoriza aulas mais pesadas e conteudísticas.

Se a forte pressão pela busca de candidatos pode estimular, do lado da oferta, a adoção de comportamentos pró-ativos, se não mesmo agressivos, no mercado educativo; o excesso de procura pode, pelo contrário, relegar o *marketing* para um lugar secundário e suscitar processos em que é a escola que escolhe os alunos e não estes que a selecionam (LIMA; MELO, 2016, p. 76, grifos do autor).

Esta seria então uma das motivações para a escolha das instituições educacionais por parte das famílias. Contudo, reside aí um possível dilema sobre a questão de que “as crianças oriundas dos meios mais favorecidos [...] herdaram também saberes (e um ‘savoir-faire’), gostos e um ‘bom gosto’, cuja rentabilidade escolar é tanto maior quanto mais frequentemente esses imponderáveis da atitude são atribuídos ao dom” (BOURDIEU, 2007, p. 45).

Ou seja, o capital cultural acumulado pela criança durante toda a sua socialização dentro de uma família de elite, é o que permite grande parte do seu sucesso escolar. A instituição não seria capaz de manter tal prestígio se de uma hora para outra, magicamente todos os seus educandos fossem provenientes da classe trabalhadora, que segundo Bourdieu (2007), teriam uma dificuldade muito maior em assimilar a cultura erudita que é cobrada, não só no sistema privado, mas na educação como um todo.

Assim, “as próprias escolas adotam procedimentos seletivos no sentido de admitirem sobretudo alunos com um perfil socioeconômico que não comprometa a sua atratividade” (LIMA; MELO, 2016, p. 76). Desta forma, os critérios da escola ao escolher os educandos podem ser bastante excludentes de modo que ela irá escolher aqueles clientes com capital econômico elevado. O acolhimento de estudantes de acordo com o poder aquisitivo de suas famílias, que na escola privada é uma premissa tendo em vista que as mensalidades não

custam barato, por sua vez, pode, em grande parte dos casos, configurar um maior grau de capital cultural destes educandos que adentram a instituição. Neste sentido, o prestígio da instituição pode se manter através dos educandos ingressantes na medida em que eles podem agregar à escola a manutenção deste status de instituição prestigiada.

Finalmente, como apontado por Lima e Melo (2016, p. 78), “alguns tipos de alunos são olhados negativamente por uma boa parte das escolas, que preferem não os ter nas suas fileiras”.

A escola é uma instituição que se relaciona diretamente com a dinâmica da vida social na sua totalidade. Do ponto de vista laboral, considerando o trabalhador da educação, observa-se os impactos do processo de racionalização das diferentes instâncias da vida em coletividade.

Oliveira (2004), com base na perspectiva de Braverman (1987), se refere aos recentes processos de racionalização da atividade professoral, que tem resultado num aprofundamento da proletarização dos educadores.

O presente capítulo buscou analisar alguns elementos que contribuem para compreender a matriz tendencial dos processos de maquinização da docência, a partir de diferentes formas de controle que se colocam no campo profissional. Observa-se que a desprofissionalização não é uma experiência exclusiva e linear. Todavia, o estudo trouxe uma série de experiências que se referem aos conflitos resultantes dessa tendência, frente a qual os/as professores/as se posicionam, na maioria das vezes, de modo crítico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O neoliberalismo tem avançado cada vez mais em direção ao campo educacional, impactando o corpo docente.

A rígida divisão das tarefas, característica marcante do fordismo, vem cedendo lugar a formas mais horizontais e autônomas de organização do trabalho, permitindo maior adaptabilidade dos trabalhadores às situações novas, possibilitando a intensificação da exploração do trabalho (OLIVEIRA, 2004, p. 1139).

Ao passo que a gestão capitalista é tida como um modelo a ser seguido em instituições de toda e qualquer natureza, as escolas privadas, por sua vez, em razão da concorrência no mercado da educação, lançam mão das técnicas que o modelo de gestão toyotista disponibiliza. A linha divisória entre escola e empresa se mostra cada vez mais tênue na medida em que o desemprego estrutural, a fluidez dos contratos, o discurso do empreendedorismo, a concorrência generalizada, as metas, enfim, todos os traços de precarização do trabalho oriundos da matriz neoliberal, constroem traços que caracterizam os processos de subjetivação capitalista junto aos professores e professoras do ensino privado.

Também, o ensino remoto trouxe uma série de limitações ao fazer docente no que diz respeito à didática, ao mesmo tempo em que a intensidade do trabalho se ampliou exponencialmente para estes/as profissionais. Constatou-se que a pandemia da COVID-19 agravou este segmento da classe, de forma tendencial a uma naturalização da rotina de trabalho cada vez mais acelerada. Não há mais tempo “sobrando” entre uma tarefa e outra e isso resulta do adensamento das demandas cada vez mais exigentes. O teletrabalho promove a “intensificação da *dupla jornada de trabalho*, tanto o *produtivo* quanto o *reprodutivo* (sobretudo no caso das mulheres). Outra consequência negativa é a de incentivar o trabalho isolado, sem sociabilidade, desprovido do convívio social e coletivo” (ANTUNES, 2018, p. 42, grifos do autor), levando, em grande medida, ao adoecimento da classe docente.

Esse cenário, uma vez instaurado, nos leva a tensionar sobre o rumo que vem tomando a classe professoral em pleno vigor do capitalismo contemporâneo. A uberização do trabalho já é uma realidade naturalizada para grande parte do setor de serviços (ANTUNES, 2018), e com este estudo identificamos uma tendência deste fenômeno no âmbito do trabalho docente. Porém, para além de ser apenas uma tendência, a uberização docente já vem se tornando realidade, como podemos observar em plataformas onde os professores podem vender suas aulas ou cursos *on-line*. Trata-se de uma modalidade recente, na qual poderemos nos aprofundar em um estudo futuro.

Contraditoriamente ao caráter que desenha o *modus operandi* do sistema capitalista contemporâneo, sobre como os trabalhadores precisam ser convertidos em superfuncionários capazes de atuar nos mais diversos setores e manipular os mais diversos códigos (DARDOT; LAVAL, 2016b), o trabalhador docente, parece ter sua profissão posta cada vez mais a prova em relação à sua validade profissional e em seu teor intelectual. Durante o trabalho do professor, seus saberes específicos, sua capacitação profissional, bem como a didática enquanto ciência, no contexto da empresa privada parecem tornar-se cada vez mais suprimidos, enquanto sua atuação se torna simplificada.

A tese de PARO (2012) que identifica o caráter conservador da gestão escolar como sendo típico da escola privada, onde segundo esse modelo o produto da escola é a aula (enquanto mercadoria) e não o cidadão que ela forma (que depende da interação entre educador e educando), faz todo o sentido quando pensamos em uma escola em que a liberdade didática do professor é colocada em segundo plano. Pois aí entra o fato de que o/a profissional deixa de lado parte de sua subjetividade durante uma aula didaticamente censurada, não dando a mesma aula que daria em uma escola onde a lógica mercantil não fosse a mediadora do conhecimento que ali se produz. A subjetividade do professor, uma vez tendo sido suprimida pela subjetividade do mercado, acaba por não se impor no processo educativo que depende tanto dela quanto do próprio educando para se concretizar.

A transmutação do artesão ao operário, estudada por Paro (2018), quem provoca é o capitalismo. O teor artífice (SENNETT, 2019) do educador tende a ser confrontado na medida em que lhe é cobrado uma rotina de mecanização e produção muito acima do que se espera de um trabalho tão artesanal como o do professor.

Concordamos que “a existência de um setor privado de ensino sempre foi uma fonte de desigualdade e discriminação, muitas vezes subestimadas por políticas descompromissadas” (LAVAL, 2019, p. 128). Ao passo que as relações entre professor e escola têm uma forte tendência à verticalização, nos casos em que se estudou até então, notamos que o sentido desta cadeia de interações está em grande medida vinculado a quem paga as mensalidades, sendo estes, os compradores do serviço.

Entendemos que a contribuição deste estudo para Ciências Sociais se dá pelo fato de que o campo das pesquisas sobre a educação tende a priorizar o contexto educativo e do trabalho docente sob a tutela do Estado. Compreendemos a urgência nas pesquisas relacionadas a este segmento devido a sua envergadura na esfera social, bem como os vários desafios que aí se colocam, da mesma forma que também defendemos a necessidade de uma ampliação ainda maior do campo das pesquisas sobre a educação pública. O corpo docente do

ensino privado vivencia alguns dilemas trabalhistas singulares e formas distintas de precarização do trabalho. Entender os aspectos do trabalho desses/as professores/as, nos auxilia diretamente na compreensão de como o neoliberalismo atua em mais um setor em que se insere.

Continuar a acreditar que o neoliberalismo não passa de uma “ideologia”, uma “crença”, um “estado de espírito” que os fatos objetivos, devidamente observados, bastariam para dissolver, como o sol dissipa a névoa matinal, é travar o combate errado e condenar-se à impotência. O neoliberalismo é um sistema de normas que hoje estão profundamente inscritas nas práticas governamentais, nas políticas institucionais, nos estilos gerenciais (DARDOT; LAVAL, 2016a, p. 27).

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: a era do trabalhador *just-in-time*?. In: **ESTUDOS AVANÇADOS**. v. 34, n. 98: São Paulo, 2020. p. 111-126.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e Subjetividade**: O metabolismo social da reestruturação produtiva do capital. Marília: UNESP: 2008.
- ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- BRASIL. **Censo da educação básica 2020**: resumo técnico. Brasília: Inep, 2021.
- BRASIL. **Lei Nº 13.467, de 13 de Julho de 2017**: Reforma trabalhista. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 30 dez de 2022.
- BRASIL. **Lei Nº 14.020, de 6 de Julho de 2020**. Brasília, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Lei/L14020.htm. Acesso em: 1º jan de 2023.
- BRASIL. **Medida Provisória 936, de 1º de Abril de 2020**. Brasília, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv936.htm. Acesso em: 1º jan de 2023.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (Orgs). **Escritos de educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de Sociólogo**: Metodologia da pesquisa na sociologia. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- CALDERÓN, Adolfo. Ignácio. Educação Básica Privada: Flexibilização e precarização do trabalho docente. In: Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional, Curitiba, vol. 4, n. 7, p. 333-353, 2009.
- COSTA, Cláudia. Lúcia. da. Educação em Tempos de Pandemia: Ensino Remoto Emergencial e Avanço da Política Neoliberal. In: **Revista Expedições**. v. 11. Fluxo Contínuo: Morrinhos, jan./dez. 2020
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016a.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Neoliberalismo e subjetivação capitalista. *In: REVISTA O OLHO DA HISTÓRIA*: N. 22 | Abril, 2016b.

FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Documento-base Plano Municipal de Educação**. Santa Maria, 2015. Disponível em: https://www.santamaria.rs.gov.br/arquivos/baixar-arquivo/documentos/doc_20150507-1290.pdf. Acesso em: 11 fev 2023.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

LEMOS, A. G. de S. Do liberalismo ao neoliberalismo: liberdade, indivíduo e igualdade. *In: Inter-Ação*: v. 45 - n. 1, p. 108-122. Goiânia, jan./abr. 2020.

LIMA, Jorge Ávila de; MELO, André Costa. As escolas privadas e os seus clientes : estratégias organizacionais de promoção da oferta e de regulação das admissões. *In: Forum Sociológico*. II série. n. 29. ISSN: 2182-7427. Lisboa 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/sociologico/1514>. Acesso em: 13 jan 2023.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARINHO, Ricardo J. A; SILVA, Renata B. GRAMSCI & ANDRÉ PHILIP. *In: Práxis e Hegemonia Popular*: v. 4, p. 188-200, 2019.

MARTINS, Heloísa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, V.30, n. 2, maio/ago. 2004.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, 2004.

PARO, Vitor Henrique. **Professor: artesão ou operário?** São Paulo: Cortez, 2018.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar**: introdução crítica. 17. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

PIEVE, Denise R. da Fonseca da.; CARLOTO, A. F. Da pandemia da Covid-19 ao avanço da racionalidade neoliberal sobre o trabalho. *In: Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v.7, n.2, p. 12442-12453 fev. 2021.

PEREIRA, W. E. N. Do Estado liberal ao neoliberal. *In: INTERFACE*: v.1 - n.1. Natal, jan./jun. 2004.

SANTOS, L. A.; DUTRA, R. Q.. Regulação do trabalho, neoliberalismo e pandemia. *In: II Encontro Virtual do CONPEDI*, 2020, Florianópolis. Transformações na ordem social e econômica e regulação. Florianópolis: CONPEDI, 2020. p. 156-175. Disponível em: <http://site.conpedi.org.br/publicacoes/nl6180k3/tt5ed754/BN330Eb8YgqnO0iS.pdf>. Acesso em: 28 dez 2022.

SENNETT, Richard. **O artífice**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019. *E-book*. ISBN 978-85-01-11680-2.

THEE SILVER MT. ZION MEMORIAL ORCHESTRA. **God Bless Our Dead Marines**. Montreal: Constellation, 2005. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/5r3r5RZ2O0S85kA0GA33p8?si=8f0feac7ba014e3a>. Acesso em: 11 fev 2023.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1 IDENTIFICAÇÃO

- 1.1 Data de nascimento:
- 1.2 Gênero:
- 1.3 Estado civil:
- 1.4 Tem filhos?
- 1.5 Formação:
- 1.6 Área de atuação:
- 1.7 Período de atuação na escola:

2 TRABALHO NA ESCOLA

- 2.1 Durante este período, a docência era sua única ocupação?
- 2.2 A jornada de trabalho era dividida entre dois ou mais turnos, ou duas ou mais escolas? Se sim, quais? Quantas horas no total?
- 2.3 De quantas horas semanais era o contrato firmado com a escola estudada, e quantas turmas lhe eram dedicadas?

3 SOBRE A QUESTÃO PEDAGÓGICA

- 3.1 Como são as relações entre os docentes?
- 3.2 Como se dão as relações diretas entre educadores e educandos?
- 3.3 Como são planejadas as aulas? Quais fatores devem ser levados em conta na hora de propor atividades curriculares?
- 3.4 Sobre apostilas e livros didáticos: qual a sua contribuição na elaboração das aulas?
- 3.5 Em sua opinião, os livros didáticos auxiliam ou são um empecilho no fazer pedagógico?
- 3.6 Existe interdisciplinaridade na escola? Esta prática é feita de maneira direta entre os professores, ou tem intermédio da direção e/ou do pedagógico da escola?
- 3.7 A comunidade (pais e responsáveis) é levada em conta no planejamento dos conteúdos? Se sim, como se dá essa interação?
- 3.8 Como se dá o contato entre os professores e os pais?

4 SOBRE AS RELAÇÕES DE TRABALHO

- 4.1 Como se apresenta a estrutura administrativa da escola?
- 4.2 Como se dão as relações entre os educadores e seus supervisores?
- 4.3 Durante a sua atuação na escola, em algum momento manteve relação com o Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (SINPRO/RS)?
- 4.4 Qual o posicionamento da escola frente aos professores sindicalizados?
- 4.5 Em sua opinião, o caráter temporário dos contratos influencia no andamento do trabalho docente? Em qual aspecto?

5 SOBRE A DOCÊNCIA REMOTA

- 5.1 A escola proporcionou aos professores, meios materiais como equipamentos, úteis ao ensino à distância?
- 5.2 A escola proporcionou especialização aos profissionais docentes, para que se adaptassem ao ensino remoto?
- 5.3 A pandemia de Covid-19 resultou em aumento da carga horária nesta escola?
- 5.4 Como é feito o controle do trabalho docente por parte da escola?

6 SOBRE AS IMPLICAÇÕES DO TRABALHO NA VIDA PESSOAL

- 6.1 Como se distinguem os horários privados dos horários de trabalho?
- 6.2 A rotina privada envolve o cuidado de outras pessoas ou do ambiente doméstico?
- 6.3 Em algum momento, a rotina de trabalho resultou em prejuízos à sua saúde?